BRASIL:
A PIOR DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DO PLANETA.
OS EXCLUÍDOS

Que país é este?
Entre 1870 e 1987, o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo. Multiplicou seu PIB por 157, o Japão, por 84, EUA, 53, México, 44. Entre 1955/80, o PIB brasileiro aumentou 7,1%/ano, o do Japão, 6,2%.
Os "10% mais ricos", se apropriaram, em 1989 (PNAD) de 53,2% da renda nacional. Segundo o Banco Mundial, de 46,2%. Nos EUA, os 20% mais ricos ficam com 51,8% do PIB. O que significa que o capitalismo no Brasil é duas vezes mais concentrador, mais perverso do que na pátria do capitalismo.
Os 2.174 grandes latifúndios brasileiros (mais de 10.000 ha) concentram 58,2 milhões de ha, numa média de 25.900 ha cada um. Os 3.085.841 minifúndios têm uma área média de 3,3 ha. Cada um dos grandes latifúndios poderia proporcionar terra para 7.848 minifundiários e "sem terra". Os bancos (oito dos quais controlam o setor) se apoderam de 23% da renda nacional, o triplo da auferida pelos 36 milhões de habitantes do campo.

1994
2 anos
CEDI

CEDI / KOINONIA

BRASIL: A PIOR DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DO PLANETA. OS EXCLUÍDOS PAULO R. SCHILLING CEDI / KOINONIA

BRASIL:
A PIOR DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DO PLANETA
OS EXCLUÍDOS

DÍVIDA EXTERNA

PAULO R. SCHILLING

CEDI / KOINONIA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Schilling, Paulo R., 1925-
Brasil: a pior distribuição de renda do planeta: os excluídos / Paulo R. Schilling. — São Paulo : CEDI/Koinonia, 1994. — (Série dívida externa ; 7)

ISBN 85-85017-28-7

1. Brasil - Condições econômicas 2. Brasil - Condições sociais 3. Distribuição de renda - Brasil I. Título. II. Série.

(94-2466) CDD-339.20981

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Distribuição de renda : Economia 339.20981
2. Brasil : Renda : Desigualdade na distribuição : Economia 339.20981
3. Brasil : Neoliberalismo : Economia 330.1220981

Paulo R. Schilling

Brasil: a pior distribuição de renda do planeta. Os excluídos

São Paulo, 1994
CEDI / Koinonia

(C) 1994 Direitos desta edição reservados:
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 - Glória
22211-230 - Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021) 224-6713 - Fax: (021) 221-3016
Endereço Internet: CEDIRJ@AX.APC.ORG
Av. Higienópolis, 983
01238-001 - São Paulo - SP
Tel: (011) 825-5544 - Fax: (011) 825-7861
Endereço Internet: CEDI@AX.APC.ORG

Publicação do "Projeto Especial Dívida Externa e Conjuntura" do CEDI

Coordenação editorial
Anivaldo Padilha

Logo marca da série
Lara & Bouquet

Editoração eletrônica
Claudia Salvetti S. M. Rego

Capa
Maria Cristina Ricardo

Documentação, digitação e revisão
Paulo Tomsic
Cezar Augusto R. Alves

Equipe do Projeto
Paulo R. Schilling (coordenador)
Paulo Tomsic
Cezar Augusto R. Alves

SÉRIE DÍVIDA EXTERNA
1. Dívida externa, fuga de capitais e custos sociais
2. Conversão da dívida e meio ambiente
3. Itaipu: geopolítica e corrupção
4. Mercosul: integração ou dominação?
5. Dívida contra o direito.
6. O fim da história ou o colapso da modernização?
7. Brasil: a pior distribuição de renda do planeta. Os excluídos

Índice

A título de introdução

1. Os portugueses, o latifúndio e a escravidão 10
2. As relações de trabalho geradas pelo latifúndio 13
3. A versão brasileira da servidão 19
4. O populismo e os trabalhadores 26
5. A escravidão disfarçada 38
6. Os militares e os confiscos salariais 45
7. A pauperização do povo sob os governos "democráticos" 57
8. Brasil: a pior distribuição de renda do planeta 66
9. FHC: o ministro, o candidato e o plano 74

Anexo:

Os excluídos 84

A título de introdução

Que país é este?

Angus Maddinson, em seu ensaio "*Desenvolvimento da Economia Mundial desde 1870*", nos informa que "*o crescimento mais rápido do PIB de 1870 a 1987 foi registrado no Brasil...*".

Os quadros anexos ao estudo mostram como se multiplicam, no período analisado, os PIBs de distintos países:

Quadro I

Brasil	157 vezes
Japão	84
Estados Unidos	53
México	44
URSS	27
Alemanha	26
China	17
França	13
Reino Unido	9
Índia	7

Considerando um período mais recente e mais curto, a tendência de crescimento acelerado da economia brasileira se manteve: entre 1955/80, o PIB cresceu numa média de 7,1% ao ano, a mais alta em nível mundial. O segundo lugar foi ocupado pelo Japão, 6,2%.

Esses índices, inegavelmente exatos, poderia lançar o povo brasileiro a uma de suas tradicionais febres patrióticas:

"o maior do mundo", ressuscitando o conde Afonso Celso: **"porque me ufano de meu país"**.

A onda ufanista somente não se concretiza porque cada brasileiro que lê jornais, escuta rádio ou assiste TV (mesmo a Rede Globo, que ocultando a realidade, trata de apresentar situações falsamente otimistas), ou mesmo aquele que entra num supermercado ou no boteco da esquina, sabe que a realidade é completamente distinta, constitui uma antítese do que deveria ser uma vida minimamente aceitável pelo povo.

Os mais esclarecidos sabem que a dívida externa brasileira, a segunda maior do mundo, alcança cerca de US$ 130 bilhões e que o governo da União está gastando 62% do Orçamento para pagar os serviços das dívidas externa e interna. Que a economia está estagnada nos últimos 15 anos e a renda *per capita* diminuiu cerca de 15% no período. Que as classes dominantes brasileiras são as mais gananciosas do planeta: os "10% mais ricos" utilizando todos os meios, inclusive ilegais (agiotagem desenfreada, especulação de preços, sonegação de impostos, corrupção descarada etc), se locupletam com mais da metade da renda nacional. Que 43,77% da área das propriedades rurais estão ocupadas por latifúndios com mais de 1.000 ha e que, em conseqüência existem cerca de 10 milhões de minifundiários e "sem terra". Que o desemprego real, somado ao subemprego e às atividades de sobrevivência mínima, já alcança aos 20 milhões. Que os salários pagos aos trabalhadores brasileiros representam, em média, 10% do que ganham seus colegas dos países industrializados. Isso, quando os preços internos começam a nivelar-se aos internacionais. Que apesar do território e do clima brasileiros proporcionarem condições para triplicar, quintuplicar e mesmo decuplicar a produção agrícola, os subnutridos/esfomeados alcançam a 86 milhões.

Que durante os últimos 15 anos, dentro da filosofia do "modelo exportador", os alimentos destinados ao mercado internacional tiveram sua produção consideravelmente aumentada, enquanto os destinados ao consumo da população diminuíram. Que o preço das exportações latino-americanas, tiveram seus preços rebaixados em 36% entre 1980/93.

Que os bancos privados estão cobrando entre 150/300% anuais, quando a Constituição proíbe juros de mais de 12% reais/ano. Que os bancos se apoderam de até 23% do PIB, enquanto seus congêneres no resto do mundo participam com 5/8% da renda nacional.

Que 70% da economia está controlada por monopólios e oligopólios (a maioria estrangeiros), sem que exista uma lei anti truste efetiva ou uma fiscalização que impeça as vergonhosas taxas de lucro.

Que em conseqüência do total desgoverno(cinco ministro da Fazenda em um ano e meio de governo Itamar), do quase caos vigente, da corrupção desenfreada, da impunibilidade institucionalizada, do vale-tudo que é a economia do país, a inflação alcançou em março de 1994 o índice de 7.200% anuais, recorde absoluto em nível mundial neste momento.

Como explicar o fato de um país que durante mais de cem anos apresentou o melhor índice de crescimento econômico do globo (um dos três potencialmente mais ricos da terra) está mergulhado no pré-caos e 80% da população lançada na pobreza/miséria?

Como justificar que, enquanto a economia brasileira ocupa o 9º lugar em nível mundial, o Brasil pelo índice de bem estar das Nações Unidas está classificado em 63º lugar?

A crise brasileira, pela sua extensão, sua profundidade e intensidade, pela sua complexidade, pelas inúmeras e graves contradições que apresenta, constitui um enorme desafio a todos que intentam analisá-la - e muito maior - para quem trate de resolvê-la. A anos-luz dessa pretensão, nos limitaremos, neste livrinho que tem muito mais de reportagem jornalística do que de ensaio histórico-econômico-social-político, a apresentar um limitadíssimo informe da catastrófica conjuntura que estamos vivendo.

Março/maio 1994.

P. R. S.

1. Os portugueses, o latifúndio e a escravidão

Para compreender a pobreza-miséria em que vivem 2/3 partes do povo brasileiro - apesar da economia do país haver evoluído entre 1955/80, do 49º para o 9º lugar no mundo - é necessário analisar o início da exploração econômica, a formação da propriedade e a primitiva acumulação de capital no Brasil, a partir da chegada dos portugueses.

Apesar de sua enorme capacidade colonizadora (no sentido de saquear as riquezas de outros povos), os portugueses revelaram uma total incapacidade para a colonização (no sentido progressista da palavra, ou seja, de tornar produtiva, pelo trabalho, as terras descobertas).

"*Não pensavam* (os portugueses) *no que podia ficar e sim no que podiam levar para o Reino (...). Os portugueses não sabem colonizar*" - Frei Vicente do Salvador.

No que pode ser considerado como a origem das modernas empresas transnacionais, os lusitanos conseguiram estabelecer um sistema de exploração multicontinental já no início do século XVI. A agro-indústria açucareira instalada no Nordeste brasileiro, a partir de 1534, é um exemplo dessa capacidade espoliadora dos conterrâneos de Camões.

Como os capitais obtidos no saqueio da África e da Índia, eles instalaram no Brasil uma atividade econômica pioneira, destinada a abastecer em grande escala os mercados da Europa dum produto cujo consumo estava até então limitado a minorias altamente privilegiadas, o açúcar, obtendo, conseqüentemente, um alto preço.

Como não dispunham de mão-de-obra própria (os portugueses eram muito poucos; já na época do descobrimento do Brasil, aplicava-se em grande escala trabalho escravo em Portugal) e como os índios se rebelassem contra a escravidão, os lusos trouxeram os "instrumentos de trabalho" de um quarto continente, a África. Ou seja, estabeleceram uma exploração

econômica afirmada em 4 continentes. Um verdadeiro prodígio, principalmente considerando as precárias condições de transporte e comunicação da época.

O fato de serem muito poucos determinaria o tipo de colonização adotada pelos portugueses no Brasil. Inicialmente, revelando uma impressionante visão da que hoje chamamos *geopolítica*, eles trataram de consolidar a ocupação do litoral, estabelecendo como limites extremos de seu domínio americano as duas grandes entradas naturais do subcontinente: os rios da Prata e o Amazonas.

Por isso, diz-se que a portuguesa foi, no Brasil, uma "civilização de caranguejos", ao longo do litoral. Foram os bandeirantes, posteriormente, que ampliaram as fronteiras no sentido leste-oeste.

A partir de 1534, a Corte tratou de ocupar e explorar a nova possessão estabelecendo as capitanias hereditárias, enormes territórios destinados pelo rei a vassalos destacados - nomeados *capitães mor* - com a obrigação de promoverem o povoamento das mesmas.

Essa doação, inicialmente mais formal e honorífica que real e lucrativa (pois a terra sem trabalho não tinha nenhum valor), passou a ter base econômica com o cultivo da cana e a industrialização do açúcar. Estavam implantadas as bases de uma sociedade "feudal-escravagista", latifundiária, monocultora e que, por ser sua produção destinada especialmente aos grandes centros consumidores da Europa, também capitalista.

A agro-indústria do açúcar é uma verdadeira simbiose das diversas etapas do desenvolvimento econômico-social que se sucederam no antigo continente ao longo de 20 séculos: escravagismo, feudalismo e capitalismo.

Posteriormente, a criação extensiva de gado, a cultura do algodão, do café e outras ampliaram a base econômica do latifúndio nascido das sesmarias. O latifúndio transformou-se numa instituição nacional. E, em razão de sua produção ser destinada fundamentalmente aos mercados internacionais, foi-se consolidando a aliança entre a classe latifundiária com o

colonialismo no passado e com o imperialismo nos tempos modernos.

A "Lei das Sesmarias" manteve-se até 1822, pouco antes da independência. Durante as três décadas seguintes, certamente como conseqüência da anarquia que caracterizou o I Império e o período da Regência, não foi promulgada uma nova legislação regulando a propriedade da terra.

Entretanto, já em 1850, com a "Lei de Terras" do senador Vergueiro, tratou-se de manter o monopólio fundiário nas mãos das classes dominantes. As terras públicas eram vendidas em leilão, e os licitantes eram, em forma quase exclusiva, integrantes das classes ricas.

A causa fundamental da continuidade do latifúndio aqui no Brasil depois da independência é encontrada no fato de que não tivemos uma independência efetiva. O que houve foi um conchavo, concretizado no Congresso de Viena sob o comando do chanceler britânico Canning. Pelo mesmo, o Brasil continuaria sob a coroa dos Braganças e passaria a ser uma base de operações das monarquias européias, um gendarme com a tarefa de garantir os interesses europeus no meio das agitadas e meio anárquicas repúblicas que se multiplicavam pelo resto do subcontinente.

Em razão de não ter havido uma ruptura efetiva entre dominadores e dominados, os privilégios dos primeiros continuaram intocados, especialmente o monopólio que os portugueses exerciam sobre a quase totalidade das terras.

Nos Estados Unidos, já em 1774, no "Congresso Continental", que reuniu representantes das "13 colônias" que lutavam pela independência, se decidira pelo confisco de todas as terras dos ingleses e de seus aliados, dividindo-as em lotes. Como a grande maioria das terras era de propriedade de britânicos, a independência significou, simultaneamente, uma ampla e profunda reforma agrária. A Pennsilvânia, por exemplo, foi dividida em forma praticamente total em lotes de 500 acres (202 has).

Aos colonizadores, na conquista do Oeste, foram assegurados inicialmente propriedades rurais de 640 acres, reduzidas posteriormente para 160 acres. No Sul, continuou vigente o latifúndio, o que explica o atraso da região em relação ao resto do país.

Essas duas soluções completamente diferentes adotadas em relação à propriedade da terra explicam, no fundamental, a diversidade que se verificou no ritmo de desenvolvimento entre os "dois grandes" da América. É óbvio que o fato dos Estados Unidos terem se tornado posteriormente um país imperialista e o Brasil continuar sendo até hoje uma vítima do imperialismo, acentuou violentamente a diferença entre ambos.

2. As relações de trabalho geradas pelo latifúndio

Inicialmente, tanto portugueses como espanhóis trataram de escravizar os índios. Em conseqüência, o mundo assistiu a um dos maiores genocídios da história. O que Simão de Vasconcellos escreveu sobre a América Central vale também - em maior ou menor escala - para o Brasil e para o resto do continente:

"*Poucos anos depois do descobrimento da América, propagou-se com facilidade e rapidez terríveis a opinião de que os nativos desta região não eram seres humanos (...).*

"As conseqüências de semelhante erro foram desastrosas: era o meio de eliminar todos os escrúpulos dos aventureiros que barbaramente escravizaram aos infelizes americanos. Qualquer pessoa podia apropriar-se deles , servir-se deles do mesmo modo que de um cavalo ou de um boi, feri-los, maltratá-los, matá-los sem responsabilidade alguma, sem culpa nem pecado.

"O bispo de Chiapas, diocese do México Ocidental, frei Bartolomeu de las Casas, varão de grande autoridade, afirma que os conquistadores chegaram a alimentar seus cães com a

carne dos pobres índios, que para tal fim matavam e cozinhavam em talhadas como se fossem um animal selvagem. Foi tal a bestialidade com que os colonos trataram os infelizes indígenas, que em poucos anos América Central ficou convertida num deserto: porque de um milhão e meio de índios não ficaram mais de 50 mil...".

Tratando de pôr fim à barbárie de portugueses e espanhóis, o Papa Paulo III promulgou, em 1537, a bula "Veritas Ipsa", que estabelecia:

"Os chamados índios e todos os demais povos que daqui por diante forem encontrados pelos cristãos, ainda que privados da Fé Cristã, não devem ser privados de sua liberdade, nem do domínio de seus bens e não devem ser escravizados, declarando que os chamados índios e os demais povos devem ser atraídos e convidados à Fé Cristã, com a prédica da palavra divina e com o exemplo da boa vida".

Posteriormente, o Papa Benedito XIV declarou excomungados todos os que escravisassem índios no Brasil. Se os nativos americanos tiveram a seu favor essa proteção (mais formal que real, porque terminaram sendo escravizados ou massacrados pelos *"muy leales y valerosos súbditos de sus Majestades Católicas de España y Portugal"*), os africanos nem isso.

Ao contrário, com base numa bula do Papa Nicolau V, que autorizou a *escravidão de sarracenos, pagãos e outros inimigos de Cristo*, o clero católico aprovou e inclusive utilizou em proveito próprio a escravidão. Um testemunho dessa posição tremendamente equivocada da Igreja nos é dado pelo padre Bartolomeu Albornoz:

"Outros dizem que resulta muito melhor para os negros ser trazidos a estes países onde se lhes faz conhecer a lei de Deus e vivem na razão, ainda que sejam escravos, do que deixá-los em sua terra, onde ainda que livres, vivem como bestas. Eu estou de acordo com isso e a qualquer negro que me pedisse conselho, dir-lhe-ia que é melhor viver como escravo entre nós, que viver como rei em sua terra...".

Como os negros não tivessem oportunidade de aceitar o conselho do padre Bartolomeu, oferecendo-se voluntariamente ao cativeiro... e resistissem dentro de suas possibilidades, às expedições negreiras, os europeus, especialmente portugueses, espanhóis, ingleses, franceses e holandeses passaram a protagonizar o maior genocídio da história da Humanidade.

Os reis de Portugal, que inicialmente tinham o quase monopólio do infame tráfico, estavam preparados para o mesmo, inclusive antes do descobrimento da América. Em 1444, Nuno Tristão havia alcançado a desembocadura do rio Senegal. No mesmo ano, Portugal receberia seu primeiro carregamento de escravos negros, dando início a uma prática que permaneceria durante mais de 4 séculos.

As cifras sobre as entradas de escravos no continente americano durante os séculos XVI a XIX são, é evidente, incompletas e contraditórias pois não havia estatísticas a respeito. Os cálculos variam entre 20 a 55 milhões. Estudiosos da matéria como Du Bois, calculam que por cada negro capturado e embarcado para o Novo Mundo, quatro pelo menos eram mortos na operação de "caça" em território africano. Há que considerar ainda as enormes perdas durante o transporte, entre o litoral da África e o americano, que em muitos casos significavam a morte de 50% da "carga".

Sim, "carga", porque para os portugueses os escravos não eram sequer considerados indivíduos. Em 1667, por exemplo, a Campanhia Portuguesa da Guiné recebeu autorização real *"para negociar 10.000 toneladas de negros"*. Justifica-se plenamente a denúncia de José Bonifácio: *"Nenhuma Nação pecou tanto contra a Humanidade quanto a portuguesa"*.

No Brasil "civilizado" (excluídos os índios sobreviventes, que conseguiram isolar-se nas selvas do interior) dos primeiros séculos existiam duas classes fundamentais: os senhores e os escravos. Entre os dois extremos encontrava-se toda uma gama de categorias sociais mais ou menos parasitárias ou totalmente ociosas, que viviam à sombra da classe dominante. A única classe verdadeiramente produtora era a dos escravos.

Lá pelo ano de 1654, Manuel Guedes Aranha, que ocupava o cargo de Procurador do Maranhão, fazia uma pitoresca definição da divisão de trabalho então existente:

"*É sabido que diferentes homens têm aptidões para tarefas diferentes: nós* (os brancos) *tempos aptidão para introduzir a religião entre eles* (índios e negros) *e eles têm aptidão para servir-nos, caçar e pescar para nós...*".

Aristóteles, dois mil anos antes, estabelecera algo parecido: "*O senhor precisa do escravo para que esse, com sua força muscular, faça as tarefas físicas; o escravo necessita do senhor para que esse lhe dê as ordens devidas...*".

Os latifundiários e os burgueses de hoje, inclusive os "capos" das empresas transnacionais continuam pensando como Aristóteles em relação aos seus assalariados. O que prova que a Humanidade, no relativo às relações de trabalho, não evoluiu muito nos últimos vinte e quatro séculos...

O escravo era propriedade do senhor. Este dispunha plenamente, sem restrições, de sua força de trabalho. Esta podia ser explorada a extremos absurdos significando o desgaste físico parcial ou total - até a morte - do escravo. Quando havia abundância de oferta no mercado de escravos e, em conseqüência, o preço dos mesmos era "barato", o período de vida útil do cativo era geralmente muito curto devido à intensidade da exploração.

Um viajante inglês, Koster, ao perguntar ao dono de um engenho de açúcar pernambucano sobre a conveniência de zelar pela vida do escravo como forma de assegurar o capital aplicado, recebeu como resposta: "*O negócio obedece a cálculos minuciosos e um negro morto um ano depois de sua aquisição já não causa prejuízo algum...*".

O preço dos escravos começou a subir em forma acelerada depois que os ingleses, não mais interessados no tráfico, passaram a reprimí-lo. Inicialmente, os britânicos haviam utilizado intensamente a mão-de-obra escrava em suas colônias e a justificavam com todo tipo de argumentos. Ainda em 1807,

Lord Elden, defendia na Câmara dos Lordes o infame comércio:

"*Ele foi sancionado pelos parlamentos em que sentavam-se os jurisconsultos mais sábios, os teólogos mais esclarecidos e os estadistas mais eminentes*".

Karl Marx, n'"O Capital", mostrava como a burguesia de Liverpool exaltava o tráfico, "*que desenvolve o espírito de empresa até a paixão, forma marinheiros incomparáveis e proporciona muito dinheiro*".

Entretanto, a necessidade da burguesia industrial inglesa de ampliar cada vez mais seus mercados e o fato do escravo ser praticamente um não consumidor de artigos manufaturados, foram fatores decisivos a pressionar no sentido da abolição do tráfico em nível global.

Finalmente, a partir de 1845, em razão do "Bill Aberdeen", que consagrava o direito de abordagem e captura de barcos, colocando sob a jurisdição do almirantado inglês o problema do tráfico, aumentou aceleradamente o preço dos escravos. É evidente que os corsários a serviço de S.M. Britânica não faziam isso por razões humanitárias. A prova é que afundavam os barcos negreiros com toda a "carga", ou a levavam para as colônias britânicas do Caribe.

Entre 1852 e 1854, o preço médio dum escravo no Brasil aumentou de 650.000 réis para 1.200.000 réis. Pouco a pouco, o trabalho escravo deixou de ser econômico. Os latifundiários, inicialmente os cafeicultores paulistas, concluíram que era mais barato importar mão-de-obra "livre". Entre 1855 e 1862, já entravam ao país, em média, 15 mil imigrantes por ano para trabalhar nas lavouras de café.

Em 1871, o visconde do Rio Branco, apelava a Pedro II: "*É tempo de resolver este assunto* (a escravidão) *e Vossa esclarecida prudência saberá 'conciliar'* (o grifo é nosso, com o propósito de chamar atenção sobre a idéia motora básica na evolução social brasileira: **a conciliação**) *o respeito à propriedade existente com essa melhoria social que requerem nossa civilização e até os interesses dos proprietários...*".

Comprovando o reacionarismo e a inércia que caracterizavam o II Império, somente 17 anos depois se faria algo a respeito.

É evidente que havia que preservar por todos os meios os "direitos" dos grandes proprietários rurais. Os grandes privilegiados - no dizer de Joaquim Nabuco, "*a chamada grande propriedade que exige fretes ferroviários baratos, exposições oficiais de café, isenção de todo imposto direto, imigração asiática* (a oligarquia da época intentou a 'importação' de chineses - como ocorreu no Peru e outros países latino-americanos - para substituir a mão-de-obra escrava) *e uma lei de contratação de serviços que faça do colono alemão, inglês ou italiano um escravo branco*".

Mais de um século depois, as classes dominantes continuam a exigir privilégios, favores, isenções e subsídios do Estado. São tão parasitárias como no tempo de Nabuco.

Configurava-se - parcialmente ao menos - em terras brasileiras, o que Engels escrevera em relação à escravidão clássica: "*A escravidão já não produzia o suficiente para compensar os gastos e os esforços que acarretava, por isso desapareceu...*".

Em realidade o que terminou, em 1888, foi o "monopólio" que tinham os negros de ser escravos, como disse muito bem Antônio Callado: "*O Nordeste deixa um gosto de cinza na boca da gente. A exploração do homem pelo homem é ali igual a não importa que região mais torpe do mundo. Antes da abolição havia no Brasil um requisito indispensável para ser escravo: a cor preta. O Nordeste acabou com o preconceito, qualquer um pode ser escravo, pois este país é livre, ora essa...*".

O escravo não deixou de ser escravo porque o monopólio da terra continuou. E a liberdade formal, estabelecida por lei, não significa nada se não é acompanhada de medidas complementares que a tornem uma realidade concreta. No caso, se não fosse acompanhada por uma reforma agrária que assegurasse aos libertos a possibilidade efetiva de trabalho livre, ou seja, uma fração de terra própria.

Joaquim Nabuco, um político da oligarquia, porém honesto e humano, tinha uma visão absolutamente clara dessa necessidade. Já em 1885, ele defendia a tese de que a abolição da escravatura somente seria uma realidade se acompanhada por uma reforma agrária: "*Não há outra solução para o mal crônico e profundo do povo senão uma lei agrária que estabeleça a pequena propriedade (...). É preciso que os brasileiros possam ser proprietários de terra e que o Estado os ajude a sê-lo*".

Hoje, 109 anos depois, o latifúndio continua dominante.

3. A versão brasileira da servidão

Dentro do sistema feudal clássico, o servo não era diretamente propriedade do senhor. Entretanto, por direito consuetudinário (originário nos costumes, na tradição), ele deveria proporcionar trabalho gratuito ao barão feudal.

Além disso, as "almas" faziam parte da propriedade. Ainda no século XVIII, na Europa Ocidental e mesmo no século XIX na Rússia, os servos eram hipotecados ou vendidos juntos com os feudos.

O senhor feudal, "em pagamento" do trabalho recebido, permitia aos servos cultivar em proveito próprio pequenas porções de terras, da qual tinham de retirar o necessário à sua subsistência e de suas famílias. A porção de terra posta à disposição variava de acordo com a fertilidade da mesma: quanto mais produtiva, menor era a área cedida.

Isso porque a idéia básica do sistema era que o servo somente deveria conseguir o alimento necessário à sua sobrevivência e de sua família. E quanto menos tempo tivesse que trabalhar na "sua parcela", mais tempo teria para proporcionar - gratuitamente - mão-de-obra ao senhor.

No Brasil, com a abolição da escravatura, os negros e mestiços saídos das senzalas, ficando com a alimentação a cargo dos miseráveis salários, começaram por diminuir as

quantidades de alimentos de sua dieta, e já não dispunham nem do "combustível" suficiente para produzir o trabalho que antes realizavam.

"*Diminuíram, então, o seu rendimento para equilibrar o déficit orgânico, sendo essa diminuição tomada pelos patrões mais reacionários como sinal de preguiça consciente, de premeditada rebeldia do negro liberto contra o regime feudal da economia açucareira. A verdade é que a moleza do cabra de engenho, a sua fatigada lentidão não é um mal de raça, é um mal de fome*" - Josué de Castro.

Depois de abolida a escravatura e em proporção decrescente até hoje, encontramos no Brasil vários tipos de relações de produção semifeudais ou pré-capitalistas, todas elas limitando enormemente a liberdade do trabalhador, tornando mínima a diferença entre sua condição de vida e aquela a que estava submetido o escravo.

A oligarquia brasileira, ao conceder finalmente a liberdade formal aos escravos, tratou por todas as maneiras de garantir a continuação do trabalho servil. A diferença fundamental entre os regimes vigentes antes e depois de 1888 pode ser encontrada no fato de que, antes, a posse dos "instrumentos de trabalho", especialmente nas últimas décadas pré-abolição, representava para o latifundiário um investimento substancial e hoje não significa nenhuma aplicação de capital.

Antes, a morte de um escravo constituía a perda de uma fração mais ou menos considerável de capital. Hoje, a morte ou invalidez de um trabalhador urbano ou rural não representa nenhum ônus para o patrão. No caso de invalidez, o problema passa a ser do sistema de segurança social do Estado. Isto explica, inclusive, porque o Brasil é o campeão mundial de acidentes de trabalho.

A **renda trabalho**, o "cambão" (assim descrito por Antônio Callado) assemelha-se muito ao sistema feudal clássico:

"*José Daniel trabalha para o proprietário Pinto Rego sem pagar nada pelo sítio de um 'quadro' de terra, ou cerca de um ha. Não paga nada, só paga quatro dias de trabalho por semana de cambão, de trabalho que dá de graça ao proprietário. O ha de terra, naquela zona vale 10 mil e no máximo 15 mil cruzeiros.*

"*Trabalhando quatro dias de graça por semana, José Daniel trabalhou para o senhor duzentos e oito dias por ano. Se alguém, no Nordeste pagasse (excluído o governo) o salário mínimo de cem cruzeiros dia, José Daniel, no fim do ano teria comprado sua terra quase duas vezes*".

Além da **renda-trabalho**, outros tipos de relação de produção pré-capitalista foram - e continuam sendo utilizados, é verdade que em escala decrescente - no campo brasileiro, em benefício do latifundiário e com o sacrifício dos trabalhadores do campo e da cidade, de toda a sociedade e do próprio progresso e soberania do país.

Assim, a **renda-produto**. Levantamento feito pela Comissão Nacional de Política Agrária em colaboração com o IBGE, em 1952, mostrava que, em 77% (os que responderam ao inquérito) dos 1.469 municípios então existentes, as fórmulas de parceria predominantes eram:

Meação	87,11%
Terça	10,71%
Quarta	1,92%
Outras formas	0,36%

Inclusive no cultivo do arroz no Rio Grande do Sul - lavoura tipicamente capitalista por seu alto índice tecnológico (a única que utiliza em caráter maciço e permanente a irrigação artificial) e por ser sua produção destinada aos grandes mercados consumidores, nacional e inclusive estrangeiros, prevalecia a renda-produto.

Segundo levantamento feito pelo IRGA (Instituto Riograndense do Arroz), a porcentagem cobrada pelos proprietários da terra era, em média, de 31% da colheita. Considerando a alta produtividade da cultura de arroz irrigada, o arrendatário capitalista pagava ao latifundiário, anualmente,

uma, duas ou até três vezes o valor da terra. Ironicamente, a classe social antiga, a feudal, já condenada pelo progresso, explora brutalmente a classe moderna, a capitalista.

Moacir Paixão, nos primeiros anos da década de 60, chamava atenção para outro tipo de relação de produção bastante comum entre os proprietários e os usuários da terra, especialmente em São Paulo, no norte do Paraná e em áreas pioneiras de Goiás e Mato Grosso, particularmente na formação de cafezais:

"*Há um mecanismo extremamente complexo, de natureza pré-capitalista (embora a lavoura de café, como cultura para os grandes mercados, seja essencialmente capitalista), de obtenção de renda territorial. Ao entregar a colonos empreiteiros as tarefas de formação de cafezais, sobretudo quando a modalidade de contrato lhes atribui o encargo das despesas e o risco das operações agrícolas, o proprietário da terra está realizando uma capitalização a partir da acumulação da renda-trabalho, expropriado ao empreiteiro.*

"*Ao fim do quarto ano, o proprietário recebe terras altamente valorizadas pelo cafezal nelas formado. O lucro capitalista do fazendeiro passa a ter como origem a renda pré-capitalista acumulada no processo de formação do cafezal...*".

Culminando essas práticas brutais de exploração do homem pelo homem vigentes no campo brasileiro, ainda prevalece em muitas regiões do país a instituição do "barracão". É a abolição, na prática, em benefício do latifundiário, do próprio sistema monetário institucional.

A obrigação imposta aos trabalhadores e "parceiros" de se abastecerem no armazém de propriedade do fazendeiro, dentro do sistema de vales, completa o quadro do mais cruel servilismo. Dentro da "contabilidade" do estabelecimento comercial do patrão, o trabalhador está sempre em dívida e com isso perde sua liberdade de mudar de trabalho, a única característica que na prática diferenciaria a sua situação da do escravo.

Há um século e meio na Inglaterra, através do "Truck Act", já se proibia qualquer contrato que forçasse o trabalhador a aceitar o salário em outra forma que não fosse em dinheiro, ou que obrigasse a gastá-lo deste ou de outro modo.

Ruy Cirne Lima, no clássico "*A propriedade e sua distribuição*", comenta como a legislação brasileira (no caso, o Código Civil), no afã de garantir por todas as maneiras os privilégios dos grandes senhores de terras, liquida na prática com a relativa liberdade que goza o trabalhador rural, diminuindo ainda mais a diferença que o separa do escravo:

"*O trabalhador rural é, segundo o Código Civil brasileiro e apesar da garantia de liberdade pessoal (art. 1220), um servo de gleba (...). O empregador está obrigado a dar-lhe um certificado estabelecendo que o contrato de trabalho terminou (art. 1230), sem o qual qualquer outro interessado que o tome a seu serviço se exporá à aplicação da pena civil por aliciar trabalho agrícola (art. 1235) (...)*".

"Se o trabalhador encontra-se em dívida com o empregador, esta circunstância constará do certificado e o novo empregador que o tome será 'responsável pelo pagamento da dívida' (art. 1230 III (...). Trata-se de um odioso servilismo obrigatório (...), terrivelmente degradante como instituição jurídica...".

Caio Prado Júnior, comentando o estabelecido pelo Código, concluía que o disposto é uma forma de "*escravidão disfarçada*".

Getúlio Vargas, a partir de 1931, tratou de estabelecer uma legislação trabalhista, que apesar de seu caráter paternalista, das graves deformações de origem corporativista e limitadora da liberdade dos assalariados, significou um avanço considerável - na época - para os trabalhadores urbanos. Coerente, entretanto, com seus interesses de classe, Vargas nada fez em favor do trabalhador rural.

Foi somente em 1963, quando o Congresso aprovou o projeto do deputado Fernando Ferrari, que criou o *Estatuto do Trabalhador Rural*, que o assalariado do campo deixou de ser - legalmente ao menos - um marginal. Alguns dos direitos que os trabalhadores da cidade já usufruíam há um quarto de século, como o salário mínimo, passaram a ser exigíveis por lei. O que não significou, em absoluto, que em realidade passasse a beneficiar os assalariados rurais. A capacidade de resistência do latifundismo - **a mais conseqüente, em seu reacionarismo, das classes dominantes brasileiras** - é enorme.

O caos que era o governo de João Goulart e que refletia a total decomposição do Estado Populista, mais as dificuldades de uma efetiva fiscalização trabalhista no campo (até hoje ela não funciona a contento nem nas cidades: ainda em 1990, 26,5 milhões os trabalhadores - 41,2% da PEA - não possuía carteira de trabalho assinada), tornou em grande parte inócua a nova legislação.

Além disso, já no ano seguinte, o golpe militar viria "*salvar*" os senhores rurais da nova legislação e da campanha que agitava o país de ponta-a-ponta exigindo Reforma Agrária. Os militares e os latifundiários liquidaram a ferro-e-fogo as organizações camponesas - com as "*Ligas*" no Nordeste, a "*Ultab*" e com os "sem terra" no Rio Grande do Sul.

A unidade verificada entre os militares e os latifundiários depois de 1964, tinha ampla base social. Levantamentos feitos antes do golpe, demonstravam que uma alta porcentagem da oficialidade era originária no latifúndio. Outra porção considerável estava ligada ao latifúndio por laços matrimoniais. Especialmente os aspirantes a oficial e os tenentes jovens eram disputados - na fronteira do Rio Grande do Sul (onde estava aquartelada quase a metade do exército) pelas senhoritas herdeiras do latifúndio.

É óbvio que o *Estatuto* passou a ser letra morta. Porém, apesar de afastados os "*perigos*" da Reforma Agrária e da legislação trabalhista para o campo, os fazendeiros - pelas

dúvidas - resolveram aproveitar a oportunidade para expulsar de seus feudos os "*moradores*".

Isso veio acelerar a formação da nascente categoria social dos "*trabalhadores volantes*", temporários, que continuavam a trabalhar no campo durante as safras, porém eram forçados a morar na periferia das cidades, os "boias-frias".

Considerando as características semifeudais, ou pré capitalistas a que antes estavam submetidos os trabalhadores residentes, os parceiros, os sitiantes, os rendeiros etc, não há como negar um avanço no sentido capitalista na transformação verificada dos mesmos em assalariados.

Entretanto, considerando as condições de trabalho a que estão submetidos os "boias-frias", assim descritas por essa grande especialista na matéria que é Maria Conceição D'Incao (*O Bóia Fria - acumulação e miséria*):

"É o trabalhador que acorda às 3 ou 4 horas da madrugada, prepara sua comida, caminha até o ponto do caminhão que deverá transportá-lo, viaja 1 a 2 horas para chegar ao local de trabalho, trabalha 10 a 12 horas, com pequenos intervalos para a comida de caldeirão, e só volta para casa à noite, ganha pelo que produz e quando encontra colocação, trabalha o quanto aguenta, até o limite de suas forças", parece evidente que nem do ponto de vista de liberdade individual, nem no relativo às condições materiais de vida, verificou-se avanço algum.

É necessário considerar ainda a figura sinistra do "*gato*", do intermediário, que libera o latifundiário de todo e qualquer vínculo empregatício e que explora ao máximo os novos assalariados, transportando-os como gado (os caminhões de "*bóias-frias*", que vivem protagonizando desastres fatais coletivos, são versões modernas dos navios negreiros anatemizados por Castro Alves).

Maurício Dobb (*"Os salários"*) - cita antecedente histórico do sinistro personagem: o "*butty*". Nas minas de carvão da Cornualha, a mineração era dada em empreitada a um "capataz", através do chamado "leilão holandês", no qual

se partia do preço mais alto para entregar finalmente o trabalho a quem se dispusesse a fazê-lo pela menor paga.

Em razão dessa política - total proteção da ditadura e terror social que termina com a expulsão dos camponeses do campo - o latifúndio originário das sesmarias, continuou mantendo-se praticamente intacto. Os censos realizados entre 1940/80 não revelam nenhuma modificação significativa na estrutura fundiária:

Quadro II

Os estabelecimentos pequenos, que eram 85,5% do total, ocupavam, em 1940, 18% da área total

85,3%	1950, 17%
89,3%	1960, 21%
90,4%	1970, 23%
89,1%	1980, 18%

Os latifúndios que eram 1,5% do total, ocupavam, em 1940, 48% da área total

1,6%	1950, 51%
0,9%	1960, 45%
0,7%	1970, 46%
0,9%	1980, 46%

4. O populismo e os trabalhadores

Antes de 1930, o avanço dos trabalhadores não assustava demasiado à oligarquia: "**Ainda por muitos anos (...) a agitação operária será assunto que interessará mais a ordem pública do que a ordem social**", dizia Washington Luiz, o último titular da República Velha.

Para compreender o Brasil de hoje e, em forma muito especial, para entender a formação, as limitações, as contradições e a evolução do nosso proletariado no período 1930/94, é necessário analisar a figura-chave do movimento de 1930 e da história moderna do Brasil: Getúlio Vargas.

Ele foi, antes de tudo, um autêntico fazendeiro gaúcho e como tal tinha muito dos caudilhos da região platina. Filho da fronteira, Getúlio deve haver recebido uma grande influência de personalidades como José Artigas e Juan Manuel de Rosas, que marcaram profundamente o processo político-social em ambas margens do rio da Prata.

Posteriormente, durante seu processo de formação intelectual, foi-se impregnando das doutrinas vigentes na época, especialmente o positivismo. Com Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e o próprio Vargas, as idéias de Augusto Comte foram filosofia e norma de governo durante quatro décadas no Rio Grande do Sul.

Em razão de sua situação geográfica, longe da metrópole e dos centros consumidores nacionais e por haver sido durante os primeiros séculos campo de batalha entre Espanha e Portugal, o Rio Grande do Sul apresenta uma formação econômica muito especial, completamente diferente da verificada no resto do país.

Em vez da grande lavoura explorada com mão-de-obra escrava, a criação de gado no Rio Grande foi fundamentalmente trabalho de homens livres. "Livres" no sentido de não-escravos, como "livres" continuam sendo até hoje 2/3 dos trabalhadores brasileiros - aos quais é assegurado somente o mínimo necessário à sobrevivência e à reprodução da espécie.

Ao contrário do trabalho agrícola primitivo, que tendo como instrumento básico a enxada, exigindo um trabalho duro de sol-a-sol e, em conseqüência, a intervenção brutal do feitor, o pastoreio, tal como foi praticado no estado do extremo sul, era indiscutivelmente trabalho. Porém, ao mesmo tempo, tinha muito de aventura e esporte.

Era uma atividade que oferecia oportunidade para a afirmação do valor individual de cada um: patrão e assalariados. O peão de estância do Rio Grande do Sul foi no passado um misto de soldado e pastor. De soldado não submetido à disciplina dos quartéis e pastor não sujeito a um trabalho duro, regular, obrigatório, cotidiano executado sob a vigilância e o chicote do feitor.

O estancieiro gaúcho impunha sua chefia não somente com base na relação patrão-assalariado, como também em função de sua capacidade de liderança, seu valor pessoal e sua coragem, consolidados na luta contra o espanhol ou contra o latifundiário vizinho, na disputa desesperada pela conquista de mais terras e mais rebanhos.

Ao participar das "campereadas", o fazendeiro compartilhava o churrasco e o chimarrão com a peonada. Eram, em conseqüência, relações de trabalho muito especiais, que apesar de manterem uma exploração econômica violenta, criavam vínculos pessoais que obstaculizavam ao máximo a luta de classes.

Para consolidar o regime patriarcal, paternalista, o latifundiário terminava por batizar os "piás" nascidos na fazenda, os filhos dos peões, transformando-se em compadre de seus assalariados.

Getúlio Vargas, levado ao poder pela revolução de 1930, tratou de aplicar no plano político nacional a experiência sociológica primária, porém eficiente de sua classe social: os fazendeiros riograndenses. Um século antes que ele, já o fizera na Argentina, J. M. de Rosas.

Experiência que tem também muitas semelhanças com as vinculações "barão feudal - samurai", que influíram decisivamente nas relações de trabalho no Japão moderno.

O corporativismo, adotado por Mussolini na Itália (Códice del Lavoro) também inspirou profundamente o equacionamento da questão trabalhista pela revolução "liberal".

Getúlio Vargas, dentro de sua visão paternalista, queria proporcionar uma melhor situação aos trabalhadores e, simultaneamente, aumentar o mercado de consumo para um mais rápido crescimento da burguesia industrial:

"O trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade social. Além dessas condições, é forçoso reconhecer que, num país como o nosso, onde em alguns casos há excesso de produção, desde que o operário seja melhor remunerado, poderá, elevado o seu padrão de vida, aumentar o consumo, adquirir mais dos produtores e, portanto, melhorar as condições do mercado interno...".

Meio século atrás, Vargas tinha uma visão clara de que melhores salários significam mais consumo e maior desenvolvimento econômico. Coisa que a burguesia de hoje ainda não compreendeu: continua pagando salários miseráveis e dependendo cada vez mais - pela pobreza do mercado interno - do mercado internacional que nos explora brutalmente.

Havia porém a contra partida, originada também no ideário positivista de Vargas e na maneira de ser do latifundiário gaúcho. O avanço da classe operária deveria surgir da outorga feita pelo Estado, dentro da **Ordem** que, segundo Augusto Comte, é fundamental para o **Progresso**.

Assim como um fazendeiro riograndense nunca toleraria a luta de classes dentro de seu estabelecimento, colocando na estrada o peão que reivindicasse qualquer melhoria (nem falar de organizar algo parecido a um sindicato), Getúlio resolveu "terminar" com o antagonismo de classes em nível nacional.

Sessenta anos depois alguns sociólogos e economistas famosos, ganhos pelas doutrinas neoliberais, também "decretam" o fim da luta de classes.

Getúlio proibiu as greves e colocou os sindicatos sob controle do Ministério do Trabalho. O imposto sindical, estabelecendo a total dependência dos sindicatos e fomentando a corrupção dos dirigentes, anulou a possibilidade de novas conquistas do proletariado pela via da luta de classe e da conscientização política dos trabalhadores.

Uma classe operária sem o direito de fazer greves e com seus sindicatos controlados, tutelados pelo ministério do Trabalho, é uma classe castrada, sem poder efetivo de evoluir - pelo único caminho real, pela via da luta de classes - no seio da sociedade. O propósito era exatamente evitar a mesma, assegurar a "paz social", o ideal de Augusto Comte e do fazendeiro gaúcho.

O decreto 19.770, de 19/03/31 definia claramente o que pretendia o governo populista dos sindicatos:

"*Os sindicatos ou associações de classe serão os parachoques dessas tendências antagônicas; os salários mínimos, os regimes e as horas de trabalho serão assuntos de sua prerrogativa imediata, sob a vista cautelosa do Estado (...).*

"*Ainda como órgãos de colaboração com o poder público, deverão cooperar os sindicatos, as federações e confederações com os conselhos permanentes de conciliação e julgamento na aplicação das leis que regulem os meios de dirimir conflitos suscitados entre patrões, operários ou empregados...*".

Segundo a visão de Lindolfo Collor, o teórico trabalhista de Vargas, evidentemente influenciado pelo corporativismo fascista de Mussolini, os sindicatos, em vez de instrumentos de luta dos trabalhadores, estavam destinados a ser "algodão entre cristais".

Outra medida de Vargas, absolutamente justa e correta em si, tanto do ponto de vista social como nacional, contribuiu entretanto para baixar o nível ideológico dos trabalhadores e do povo em geral. Considerando a existência de enormes contingentes de desocupados ou semi-ocupados na sociedade brasileira, especialmente no interior rural, Getúlio restringiu drasticamente, já no início de seu governo, a imigração.

Com isso, o aumento da classe operária, bastante acelerado depois de 1930, foi conseguido quase exclusivamente com a incorporação de setores ociosos urbanos e das populações excedentes no campo. Ou seja, verificou-se um grande aumento quantitativo e uma baixa no nível de conscientização:

a participação dos trabalhadores europeus foi diminuindo gradativamente até deixar de influir ideologicamente. As idéias anarquistas, predominantes nas primeiras décadas do século, são hoje curiosidades de museu.

Em conseqüência, tivemos a partir dos anos 30, o que podemos classificar de um **proletariado novo**, um "proletariado de primeira geração", de muito baixo nível ideológico e muito pouca capacidade de organização e luta.

Franklin Oliveira, nosso colega na então assessoria do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, definia assim o processo de transformação de classe e de transferência regional: "*Os nordestinos e mineiros procedentes das zonas de fome e miséria quando chegam a São Paulo e se incorporam ao proletariado urbano, já fazem 'sua revolução', fato que atrasa a formação de uma consciência de classe*".

A observação de Franklin originava-se em estudos mais amplos com que tratavamos de entender um fenômeno aparentemente absurdo. No fim da década de 50 e início da de 60, o Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro e o Nordeste constituíam os cenários das mais duras lutas sociais do país. São Paulo, apesar de que já concentrava então quase a metade do proletariado nacional, vivia uma "paz social" quase perfeita em nível sindical; a única exceção era constituída pela Baixada Santista, um baluarte vermelho.

No campo político, quem não votava em Adhemar de Barros, votava em Jânio, ou então nessa populista de segunda classe que foi Ivete Vargas. Uma quase unanimidade populista, quebrada por um insignificante partido socialista e por um clandestino e também insignificante Partido Comunista, totalmente domesticado a partir do governo de Juscelino Kubitscheck pela promessa de legalidade, da "respeitabilidade burguesa do Parlamento".

Nessa etapa - a etapa de transformação - o **proletariado novo** cai inevitavelmente sob a influência de líderes carismáticos, em geral daqueles que lhes outorgam direitos sociais.

Cândido Mendes descreve assim esse aspecto do populismo:

"...Surge assim indefectivelmente um proletariado artificial, criado por decreto, estatuído pela concessão do Estado, que assegura direitos e benefícios a quem lhes falta a consciência de sua posição de classe no processo produtivo.

"É fácil compreender que os líderes políticos, responsáveis por tais concessões, que não resultam de uma reivindicação ideológica de seus beneficiários, com esses se associem em termos pessoais ou carismáticos (...).

"O populismo é uma forma de conduta político-partidária nas quais não se separam nitidamente as diferentes classes sociais, porque nelas ainda não existem as bases econômicas que permitem essa diferenciação. Formam-se assim massas debilmente conformadas e que, por isso mesmo, não chegaram a constituir um proletariado propriamente dito...".

Em conseqüência, nos anos 30, 40 e 50 os trabalhadores foram, em sua quase totalidade, "getulistas". No Congresso que foi expurgado pelos militares depois do golpe de 1º de abril de 1964, o Partido Trabalhista Brasileiro, organizado pelo Caudilho e que tinha como programa sua ideologia - o populismo e nacionalismo - tinha mais de 120 deputados.

Um detalhe altamente significativo: os operários votavam maciçamente no PTB, porém não em candidatos trabalhadores; em 1964 havia somente três operários no Congresso.

Os comunistas, apesar da liberdade praticamente total que gozaram a partir do governo de Juscelino Kubitscheck, não conseguiam eleger mais do que quatro ou cinco deputados. Representação igualmente insignificante - três ou quatro deputados - havia conseguido o Partido Socialista. A existência de alternativas de esquerda para o voto dos trabalhadores e a votação maciça no PTB significavam que os operários brasileiros seguiam sendo, em forma quase absoluta, getulistas, quase dez anos depois da morte de Vargas. O que significava o

fracasso total dos partidos de cunho ideológico, de inspiração marxista.

O mesmo fenômeno ocorreu em outros países, onde líderes populistas marcaram com sua atuação o curso da história: na Argentina, Perón e Lázaro Cárdenas no México.

Essa vinculação das massas trabalhadoras aos líderes carismáticos constitui um obstáculo praticamente intransponível - a curto prazo - à evolução política do proletariado e, conseqüentemente à formação de partidos de tipo ideológico-revolucionário.

Com todos seus acertos e muitos defeitos, a política trabalhista de Vargas, comparada com a situação vigente hoje, apresenta, por incrível que pareça, saldos favoráveis. Apesar do enorme progresso econômico verificado nos últimos 60 anos, os direitos dos trabalhadores são atualmente mais limitados e menos respeitados do que então. A jornada de oito horas é hoje uma ficção para a maioria dos assalariados, assim como os direitos da mulher e do menor (somente dois terço dos assalariados têm carteira de trabalho assinada). O estatuto da estabilidade outorgado pela Consolidação das Leis de Trabalho em 1943, considerado um dos mais avançados da época, foi substituído pelo FGTS, que além de limitar drasticamente a segurança de emprego, tornou-se um instrumento negativo na distribuição de renda.

Além disso, o FGTS, submetido a todo tipo de fraudes por empresários (que não o recolhem) e por políticos (que desviam verbas do mesmo) está falido. Os aspectos negativos da Consolidação, aqueles que submetiam os sindicatos à máquina corruptora do Ministério do Trabalho, como o imoral imposto sindical e a estrutura hierarquizada (sindicatos, federações e confederações), depois de violentamente combatidos por todas as forças progressistas e condenados pela Convenção 87 da OIT, hoje são aceitos inclusive pela CUT (em sua atual fase social-democrática). Em conseqüência, o sindicalismo continua tendo muito de artificial, tem sua liberdade drasticamente afetada e é amplamente minoritário: somente

cerca de 23% dos trabalhadores estão sindicalizados. Grande parte dos sindicatos estão ainda controlados por "pelegos"; alguns (inclusive os melhores) estão integrados em incríveis esquemas corporativos, que asseguram absurdos privilégios a seus associados (como a taxa de periculosidade concedida aos funcionários burocratas da Petrobrás). Outros participam de "acordos setoriais" com monopólios internacionais, sendo privilegiados por absurdas isenções fiscais em detrimento dos setores populares não organizados. A previdência social e o aparelho de assistência pública, submetidos à corrupção desenfreada e a uma inflação galopante, estão praticamente falidos.

Jango, como ministro do Trabalho de Vargas, revolucionaria as relações governo-sindicatos. Era o fazendeiro gaúcho que tomava mate, ao redor do fogo, no galpão, com a peonada. Sua maneira direta e informal de atuar, sua enorme simpatia pessoa, sua capacidade para escutar e resolver os problemas pessoais que lhe traziam, grangearam-lhe uma enorme popularidade entre os trabalhadores.

Essa chegou a tais níveis que acabou por assustar as forças reacionárias. Começaram a acusar Getúlio de, por intermédio de seu ministro, estar tentando instalar uma "república sindicalista", segundo moldes peronistas. Dentro da velha e sempre eficiente tradição hispano-americana, verificou-se um "pronunciamiento militar" em defesa das "instituições democráticas", que estariam sendo ameaçadas pelo jovem ministro.

O que mais preocupava às classes dominantes e os militares era o pretendido ajuste do salário mínimo. O mínimo, criado por Vargas em 1940, apesar de não haver sido reajustado nos anos seguintes, sofrera só uma pequena desvalorização (era mínima então a inflação): seu valor real estava reduzido do índice 100 a **83,1** em 1944. Porém teve um enorme desgaste durante o governo reacionário do marechal Eurico Gaspar Dutra: em 1951, representava somente **36,8%** do valor original.

Getúlio/Jango trataram de restabelecer o valor primitivo do mínimo com um aumento de 100%. Um "manifesto de coronéis" expulsaria Jango do ministério. Apesar dos arreganhos castrenses, Vargas, no 1º de Maio seguinte, imporia o aumento: em 1952, o índice do mínimo estava em **98,77**. Mais adiante veremos como essa obsessão dos militares contra aumentos de salários (menos os relativos a seus próprios vencimentos) se acentuaria durante a ditadura.

Para assegurar a "paz social" considerada necessária para seus planos desenvolvimentistas, Juscelino Kubitscheck utilizou fundamentalmente três trunfos: a capacidade negociadora de seu vice, Goulart, a vocação adesista de Luiz Carlos Prestes e uma política salarial justa.

Tendo João Goulart como vice-presidente, JK estava com a área sindical totalmente sob controle. Jango, inicialmente no ministério do Trabalho (no segundo governo de Getúlio) e posteriormente na vice-presidência, aplicava, em forma aperfeiçoada, a estratégia patriarcal do fazendeiro gaúcho, que Vargas havia introduzido na política nacional.

As relações governo-sindicatos, pela mão de Jango, foram uma réplica perfeita do galpão de fazenda riograndense. Era o fazendeiro tomando chimarrão ao redor do fogo com a peonada. Com uma simpatia pessoal excepcional, uma maneira totalmente informal de atuar, o ministro de Trabalho, depois o vice-presidente e finalmente o próprio primeiro mandatário vivia cercado de líderes sindicais, tuteando-os e sendo tuteado pelos mesmos. É óbvio que esses, seduzidos pelo encanto pessoal de Jango, faziam qualquer coisa para agradar o Chefe...

Ao prometer e permitir a saída de Prestes da clandestinidade, Juscelino domesticara completamente o partido. Durante o qüinqüênio de JK, o PCB reeditou o comportamento anunciado por Prestes, no famoso discurso de Recife, logo de sua libertação depois da liquidação do Estado Novo: foi "*o partido da ordem e da tranqüilidade*". Aconselhava o povo a apertar o cinto, passar fome, para não criar intranqüilidade. Prestes, fiel ao seu guru maior, Augusto Comte, plenamente feliz, dava

audiências, como qualquer político burguês, num escritório da Cinelândia. Pensando em Kubitscheck, intensificava sua pregação sobre "*o papel progressista da burguesia nacional*", sem dar-se conta (ou fingindo que não se dava) de que Juscelino já não representava os setores da burguesia ainda nacional e sim os interesses da **burguesia associada**, testa-ferro dos monopólios internacionais.

O salário mínimo, que em 1954, ano do suicídio de Vargas, praticamente mantinha o seu poder aquisitivo original (98,88), inclusive aumentou nos anos JK: 112,81, 122,65, 106,80, 119,45 e 100,30.

Com João Goulart na presidência da República o populismo chegou a extremos absurdos, especialmente no relativo à corrupção sindical e à total domesticação do Partido Comunista. Para ilustrar o triste clima que viveu o sindicalismo brasileiro durante o período imediatamente anterior ao golpe, é suficiente descrever uma "eleição" na CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria), a mais representativa das confederações que constituíam aquela paródia de central sindical que era o CGT (montada sobre o sistema oficial corporativista, herança do Estado Novo).

Até 1961, a organização havia estado nas mãos de uma verdadeira máfia, vinculada à AFL-CIO (a organização sindical norte-americana a serviço da CIA, que tratava de controlar o sindicalismo na América Latina). Com a eleição da chapa de oposição, liderada por Clodomir Riani e Dante Pelacani verificara-se um avanço qualitativo, porém a CNTI continuou totalmente atrelada a Jango.

Em 1963, apesar de Riani e Pelacani serem homens seus, incondicionais, Goulart, seguramente pressionado pela embaixada norte-americana, decidiu liquidar os mesmos. Mandou que Crockatt de Sá, seu assessor sindical, coordenasse a eleição da chapa contrária: a que fora derrotada em 1961, liderada pelo superpelego Ari Campista, o *homem de confiança* do sindicalismo norte-americano.

Cumprindo ordens de Jango, Crockatt comandou uma verdadeira batalha para conseguir a maioria dos votos dos delegados das federações estaduais (dois por estado): comprou-se por preços que oscilaram entre um e dois milhões de cruzeiros (uma enormidade na época).

Verificou-se inclusive o caso de um líder sindical de Minas Gerais, que apesar de não ser delegado com direito a voto, conseguiu, na confusão reinante, embolsar o seu milhão...

Considerando o número de delegados que o chefe da assessoria sindical de Goulart já havia comprado na véspera da eleição, parecia assegurada a vitória da chapa da AFL-CIO. Inclusive a "Última Hora", o jornal de Samuel Wainer, que se havia transformado em uma espécie de "press-release" do Palácio do Planalto, chegou a anunciar a vitória de Ari Campista.

Na noite da véspera das eleições, preocupados com a possibilidade da derrota da chapa "menos pelega", telefonamos (eramos então secretário-executivo da Frente de Mobilização Popular, organismo que congregava todas as forças de esquerda, inclusive o CGT) a Dante Pelacani, manifestando nosso temor ante aquela nova traição de Jango.

Pelacani tranquilizou-nos dizendo que, como "medida de precaução", a diretoria da CNTI havia decidido prender - na sede da confederação, durante toda a noite, até a hora da votação no dia seguinte - os 34 delegados comprometidos com a chapa oficial. Com isso, Crockatt não conseguiria - como de fato não conseguiu - comprar mais nenhum voto. Funcionou o sistema de prisão cautelar...

Conquistando os líderes sindicais e os dirigentes comunistas com uma maneira populista de atuar, Jango atrelou totalmente o CGT e o PCB aos seus desígnios. Do ponto-de-vista humano, sem ser justificável, essa situação era compreensível. Explica-se que velhos militantes (os dirigentes comunistas), com 20 ou 30 anos de lutas, veteranos de muitas prisões e torturas, ficassem sensibilizados - e imobilizados - com as atenções que recebiam de Jango. Tão sensibilizados e

conquistados como os peões de fazenda gaúchas quando comiam churrasco com o patrão.

5. A ditadura e o latifúndio

O "Estatuto da Terra" - lei nº 4.504, de 30/11/64, votada durante a ditadura do marechal Castelo Branco, por pressão da então já moribunda "Aliança para o Progresso", não alterou em nada a dramática situação vigente no campo brasileiro.

Apesar da acelerada urbanização da população (em 1960, 55% habitava o campo; em 1980, somente 36%), consumada num ritmo muito mais acelerado do que a demanda de mão-de-obra nos centros urbanos, continuavam existindo cerca 10 milhões de camponeses sem terra e minifundiários, verdadeiros párias sociais, que com suas famílias viviam em condições equivalentes aos antigos escravos: ganhando (quando ganhavam) exclusivamente para sua sobrevivência e para a reprodução da espécie.

Os sucessivos governos da ditadura não fizeram absolutamente nada para liquidar o latifúndio, ao contrário. Pela via dos chamados "incentivos fiscais" (isenções do imposto de renda) proporcionaram às grandes empresas - nacionais e/ou transnacionais - possibilidade de instalar-se no campo, tornando-se proprietárias de enormes latifúndios.

Ou seja, com o dinheiro do governo - ou melhor, do povo - monopólios e empresários forâneos dominaram enormes extensões de terra, enquanto milhões de camponeses nativos não possuíam sequer alguns palmos de terra onde pudessem ser sepultados. E um milhão de camponeses teve que cruzar nossas fronteiras, "invadindo" países vizinhos, especialmente o Paraguai, transformando-se em instrumentos inconscientes dos planos expansionistas dos geopolíticos de fancaria da Escola Superior de Guerra.

A teoria das "fronteiras vivas" traduzidas do alemão por Golbery & Cia. (**a teoria do "*Lebensraum*", elaborada pela Escola de Munique, que assessorava Hitler em seus megalomaníacos planos expansionistas**), foi uma das causas determinantes da não-efetivação de uma Reforma Agrária no país durante a ditadura. Se fossem distribuídas terras aqui, ninguém iria buscá-las no Paraguai, Bolívia, Peru, Venezuela, Argentina ou Uruguai. Os cerca de um milhão de "brasiguaios", hoje hostilizados pelos paraguaios (em defesa de sua soberania) e impedidos - pela força - de voltar à pátria, são seguramente as maiores vítimas dos militares que sonhavam com o "Brasil Potência".

Enquanto se obrigava os brasileiros a emigrar para conseguir uma porção de terra, transnacionais como a "Volkswagen", não contente de produzir 400 mil veículos em sua fábrica em São Bernardo, ocupavam centenas de milhares de has de terras na Amazônia, onde - segundo denúncias divulgadas pela imprensa da época - verificava-se inclusive trabalho escravo.

Um exemplo dos limites absurdos a que chegou o espírito antinacional e anti-social dos governos militares nos é proporcionado por um fato ocorrido em maio de 1975. Realizava-se, então, em Salsburgo, na Áustria, o I Seminário Internacional sobre Investimentos no Brasil, promovido pela "ANFAVEA" (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores).

Um participante protestou contra a limitação estabelecida pela legislação brasileira no sentido de que nenhum estrangeiro poderia possuir mais de um quarto da área de um município. O então ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, revelando todo entreguismo que caracterizava o governo Geisel, apontou a "solução" para o impasse: *"Basta adquirir terra na divisa de dois municípios. Assim, o cidadão estrangeiro pode ter até um quarto da área de um município e outro quarto do município vizinho..."*. Seguramente uma posição inédita na história mundial das traições às soberanias nacionais.

Um cidadão norte-americano, Daniel Keith Ludwig, utilizando o mais escandaloso tráfico de influência, conseguiu formar seguramente o maior latifúndio do planeta: as terras que reivindicava judicialmente o "Projeto Jary" somavam 32 mil quilômetros quadrados, superfície equivalente a da Holanda ou Bélgica, uma vez e meia El Salvador.

A promiscuidade entre o "capo" ianque e os donos da república na época - generais Geisel e Golbery - era tal que Ludwig resolveu "ceder" o gerente da Jary - capitão Heitor do Aquino - para exercer as funções de secretário particular do presidente Geisel.

O projeto do "Jica" (organismo do governo japonês), previa a aquisição de uma área de 500 mil quilômetros quadrados (atenção, quilômetros e não hectares) na região do "Cerrado", no Planalto Central, para exploração agrícola por uma empresa binacional.

A experiência histórica revela-nos como terminam essas associações entre um país rico e altamente desenvolvido tecnologicamente e outro dependente e subdesenvolvido. Como estava prevista a imigração de alguns milhões de japoneses, teríamos - dentro de poucos anos - uma "sucursal" do Japão, um *Japão nº 2* em pleno coração do Brasil. Possivelmente em razão de oposição ao projeto por parte de algum setor militar nacionalista ou de veto do Departamento do Estado norte-americano (preocupado com a crescente presença japonesa na América Latina), os planos foram restringidos, deixaram de ser notícias. Porém continuam, em escala menor, as aquisições de terra, o assentamento de colonos nipônicos e os "planos pilotos".

As conseqüências econômico-sociais da não-efetivação da Reforma Agrária nos anos 60 foram calamitosas. Em primeiro lugar, determinaram o fracasso do chamado "modelo econômico brasileiro", que nos anos 60/70 era apontado, inclusive nos países capitalistas centrais, como a "solução" para os países do Terceiro Mundo superarem o subdesenvolvimento

sem recorrerem a "*suspeitosas e perigosas fórmulas socialistas*".

Se os militares houvessem efetuado uma reforma agrária capitalista (como a que seu colega, o general MacArthur fez no Japão ocupado), na base da "democratização da propriedade" e da modernização dos métodos de cultivos (como pretendiam as forças progressistas de antes de 64), além de terem assegurado a "paz social" no campo e minimizado os catastróficos problemas decorrentes da urbanização maciça (favelas, cortiços, delinqüência de origem social etc), teriam acelerado enormemente o desenvolvimento da economia agrária.

Enquanto a indústria chegou a desenvolver-se - em alguns anos - a índices de até 18%, a agricultura apresentou um aumento médio de 4,5% nos anos da ditadura, levemente superior ao crescimento demográfico na época, 3%.

Com uma reforma agrária capitalista, considerando a enorme potencialidade do campo brasileiro (60% dos 850 milhões de has são aproveitáveis para práticas agro-pastoris e na maior parte do território nacional é possível - dentro do sistema de rotação de cultivos, como trigo-soja, já intensamente praticada nos estados do Sul - conseguir duas colheitas ao ano) triplicar, quintuplicar, decuplicar a produção do agro.

Isso teria significado, em primeiro lugar, a liquidação da clássica subnutrição/fome do homem brasileiro e, além disso, o enorme aumento das possibilidades de exportação. Esse aumento teria atendido às necessidades do desenvolvimento urbano, especialmente da industrialização intensiva, tornando totalmente desnecessário valer-se de recursos financeiros externos, esses que terminaram por gerar essa fantástica e totalmente impagável dívida externa e cujos serviços levaram a economia do país à ruína.

Porém, os militares no poder fizeram exatamente o contrário. Mantiveram intocada a arcaica estrutura fundiária e mais - para atender as crescentes necessidades do desenvolvimento urbano e, nos últimos anos, do pagamento dos juros da dívida

externa - passaram a incentivar os cultivos de exportação, em detrimento da produção de alimentos populares.

Enquanto a produção de soja (produto essencialmente de exportação) aumentavam de um milhão de tons em 1970 para 23 milhões em 1988, a produção de feijão que era de 1,95 milhão de tons em 1964 chegou a somente 2,1 milhões em 1984. O consumo *per capita* baixou de 27,8 quilos para 16,1. A disponibilidade de arroz baixou de 91,4 quilos por habitante para 70, no mesmo período. O consumo de carne bovina, que era de 40 quilos por pessoa em 1964 estava reduzido a 11,5. Possivelmente nenhum outro país - em tempo de paz - foi submetido a um tão drástico processo de diminuição em sua alimentação como o Brasil sob a ditadura militar.

Esses índices são trágicos porque significam desnutrição, fome e morte. A antiga Sociedade das Nações (a antecessora das Nações Unidas), estabeleceu em 2.640 calorias-brutas o mínimo necessário à vida de um indivíduo adulto, que não executasse trabalhos pesados. Considerando 8 horas de trabalho, já seriam necessárias 3.300 calorias-brutas/dia.

Possivelmente com base nesse cálculo é que os autores do decreto-lei 399, de 30 de abril de 1939 - que determinou a ração alimentar do trabalhador e que serviria de base à fixação, no ano seguinte, do salário mínimo - estabeleceram uma dieta que significa 3.400 calorias/dia.

Já em 1974, em pleno auge do "milagre econômico" a FAO (organismo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) calculava que no Brasil 13,4 milhões de pessoas alimentavam-se com 1.640 calorias/dia. "*Alimentação insuficiente para manter um indivíduo, mesmo que este passe o dia inativo*" - afirmava o professor Ricardo Abramovay, da PUC de São Paulo. Um número proporcionalmente maior de famintos somente era encontrado, na época, entre as populações da Indonésia, Bangla Desh e Filipinas (*Folha de S. Paulo*, 4/9/83).

Em 1980, o Banco Mundial calculava que a ração média do brasileiro urbano era de apenas 2.051 caloria/dia e do brasileiro rural, 2.208.

Segundo pesquisas e avaliações feitas pela FAO, o número de subnutridos e esfomeados no Brasil evoluiu da seguinte maneira entre 1961/86 (o organismo considera como subnutridos os que se alimentam com menos de 2.240 calorias/dia):

1961/64 - 27 milhões (38% da população);
1974/75 - 72 milhões (67% da população);
1984 - 86 milhões (65% da população).

Josué de Castro já escrevia que "**a fome é uma manifestação de uma doença social...**". No caso, a doença é a concentração fundiária, o latifúndio, que dá origem a quantidades cada vez maiores de brasileiros subnutridos ou esfomeados. Conseqüentemente, absolutamente indefesos, vulneráveis a todo tipo de enfermidades.

São relativamente poucos os que morrem diretamente de fome, porém, são centenas de milhares os que anualmente falecem em conseqüência da falta de resistência do organismo (em razão da subnutrição) às enfermidades. As principais vítimas dessa verdadeira guerra entre o absurdo sistema social vigente e o sociedade brasileira são as crianças.

Dados do Ministério da Saúde divulgados pelo então titular, Waldir Arcoverde, informavam que morreram, em 1984, 308 mil crianças entre zero e cinco anos de idade. Dados da "Unicef" (organismo das Nações Unidas para a infância) situavam a mortalidade em mil por dia.

O mencionado ministro, um fiel servidor dos militares no poder, totalmente insuspeito portanto de esquerdismo, afirmou que os trabalhadores que ganhavam até três salários mínimos (e eles eram 2/3 dos assalariados brasileiros) tinham uma esperança, uma possibilidade de vida média de somente 48 anos.

Isso se explicava pelo grande déficit alimentar com que sobreviviam, pelo enorme esforço físico dispendido, trabalhando dez ou doze horas por dia, às quais devem ser somadas

as gastas com o transporte casa-trabalho-casa (nas grandes cidades 2,3 ou mais horas), geralmente em péssimas condições, o que significa um desgaste físico quase tão grande quanto o trabalho e pela má assistência sanitária que lhes é proporcionada.

Ainda segundo Arcoverde, os que ganhavam oito salários mínimos, ou seja, aqueles que tinham condições de alimentar-se devidamente, de assegurar-se uma assistência médico-hospitalar e usufruir um descanso e um lazer adequados, viam a possibilidade de vida aumentada para 60 anos.

Isso significava, na trágica frieza dos números, que 2/3 dos trabalhadores brasileiros (e suas famílias) estavam condenados - pelo desumano regime social em que viviam - a morrer 12 anos antes do que seria uma média minimamente razoável de vida. Nem falar das possibilidades de vida nos países desenvolvidos - ou em Cuba - que chegam a 74 anos.

Dados da "UNICEF" revelavam que 12 milhões de crianças entre zero e sete anos de idade estavam subnutridas, sendo o Brasil superado neste particular somente pela Nigéria e pela Etiópia, na África e pelo trágico Haiti em nossa América.

Ignacy Sachs, da Escola de Altos Estudos de Paris, comprovava que os índices de alimentação no Nordeste situavam-se por baixo dos de Bangladesh, que em algumas tabelas estatísticas aparece como o país mais miserável do planeta.

Os minuciosos estudos comparativos do citado cientista comprovam ainda o que todos sabemos: durante os anos da ditadura, a miséria extrema, que estava localizada quase exclusivamente no Nordeste, espalhou-se por todo o país. Sob o regime militar, o Brasil nordestizou-se... A não efetivação da Reforma Agrária, forçou milhões de nordestinos, mineiros e originários de outros estados a emigrar para regiões menos pobres. Os dados revelados por Sachs mostram que na região agrícola de Ribeirão Preto - que medida em termos capitalistas é aparentemente a mais rica do país - o índice de alimentação era ainda pior do que no Nordeste.

6. Os militares e os confiscos salariais

Foram os trabalhadores - da cidade e do campo - as principais vítimas da ditadura militar. Como todos os brasileiros (menos aqueles que se aliaram aos militares e traíram as causas nacional e popular), os trabalhadores sofreram as conseqüências do regime mais reacionário que tivemos no Brasil. Além disso, os trabalhadores foram alvos de toda uma série de medidas anti-sociais adotadas pelos homens de verde oliva na área trabalhista.

Apesar da Constituição de 1946 assegurar o direito de greve, esse não foi muitas vezes respeitado pelos governos que se sucederam entre 1946 e 1964. Isso porque nunca foi regulamentado o dispositivo constitucional, prevalecendo, em conseqüência - sempre que assim entendia o governo de turno - o estabelecido pelo decreto antigreve, o nº 9.070, do Estado Novo.

Vemos como essa prática do Parlamento de não regulamentar, por lei ordinária, dispositivos da Constituição que afetem privilégios das classes dominantes e do sistema imperial, é antiga. Cerca de cem artigos da Constituição de 1988 ainda não foram regulamentados, tornando inócuas disposições fundamentais como a que limita os juros em 12% reais ao ano, a que assegura o direito de greve aos servidores públicos e o artigo das Disposições Transitórias que proíbe os pagamentos e as negociações relativas à dívida externa antes que fossem devidamente averiguadas as vergonhosas fraudes ocorridas no processo de endividamento.

Os militares não modificaram o dispositivo na Constituição em relação à greve. Entretanto, pela lei 4.330, de julho de 1964, a tornaram praticamente impossível: a decisão sobre qualquer movimento grevista deveria ser anunciado com a antecipação de dez dias, pelos jornais... Isso, em plena ditadura, constituía uma pilhéria de mau gosto. Qualquer infração signi-

ficaria duras penas, como a demissão por "justa causa" (sem indenização), prisão etc.

O golpe mais duro que a ditadura militar aplicou aos trabalhadores foi a revogação do Estatuto da Estabilidade (art. 492 a 500, da Consolidação das Leis do Trabalho), indiscutivelmente o ponto alto da legislação trabalhista de Getúlio Vargas. Pela CLT, as demissões obrigavam o patrão a pagar uma indenização equivalente ao maior salário recebido multiplicado pelo número de anos trabalhados. A partir do décimo, ou mesmo do 9º ano (quando a demissão tivesse como objetivo impedir que o trabalhador alcançasse a estabilidade definitiva), e quando houvesse total incompatibilidade entre o patrão e o empregado, ou cessasse a atividade da firma, os trabalhadores recebiam indenização em dobro, ou seja, dois meses por cada ano de trabalho. Tudo isso devidamente controlado pelos sindicatos e homologado pela Justiça do Trabalho.

Já em 1948, durante o governo entreguista do marechal Eurico Gaspar Dutra, a "missão Abbink", enviada pelo governo norte-americano para elaborar um plano de desenvolvimento para o Brasil, estabelecia como premissa básica, ***"a abolição da estabilidade, substituindo-o por um seguro desemprego"***. Com isso, as empresas poderiam despedir sumariamente seus trabalhadores, livrando-se dos encargos sociais relativos à dispensa dos mesmos.

Na segunda quinzena de abril de 1964 - ou seja, logo depois do golpe - o *"Latin American and the World"*, boletim vinculado a grupos econômicos norte-americanos, informava: ***"Importantes empresas americanas preparam-se para fazer investimentos no Brasil. Entretanto, consideram fundamental para os mesmos, a revisão da lei da estabilidade dos trabalhadores".***

Pela lei nº 5.107, de 13/09/66, o governo do marechal Castelo Branco criou o *"Fundo de Garantia por Tempo de Serviço"* - FGTS - atendendo assim à antiga exigência dos monopólios norte-americanos. Além de livrar-se do ônus decorrente do estatuto da estabilidade, as empresas, com base

na lei que criou o FGTS, conseguiram uma maneira mais de burlar os reajustes salariais estabelecidos nos dissídios coletivos.

Uma pesquisa do DIEESE mostrava que, em razão da "alta rotatividade" surgida com a modificação da legislação sobre a estabilidade, uma empresa de ônibus de São Paulo substituiu, entre 1970/71, 93% de seus cobradores. Com isso, sua folha de pagamento baixou 3,4%, quando deveria haver aumentado 23% se houvesse sido mantidos os níveis de salário estabelecidos pelo dissídio e os mesmos funcionários. Essa prática se manteve nos anos seguintes e vigora até hoje, especialmente nos setores que utilizam trabalho não especializado.

Os 8% sobre os salários que, segundo a lei 5.107, os empresários deviam recolher, constituía a principal receita do Banco Nacional de Habitação - BNH - entidade criada pelo governo para resolver a dramática situação do imenso déficit de casas populares existente no país: as casas necessárias para abrigar em condições minimamente humanas as dezenas de milhões de brasileiros que vivem em ranchos nas favelas, no campo, ou em cortiços.

Confirmando uma vez mais que este é um país absurdo, onde tem vigência o certamente mais selvagem capitalismo do planeta, esses recursos - pertencentes aos trabalhadores - terminaram por favorecer setores melhor situados socialmente. O FGTS transformou-se em um conduto mais de redistribuição de renda ao contrário: os pobres financiando as classes médias e inclusive os ricos. E os juros pagos aos trabalhadores no relativo ao FGTS eram os mais baixos do mundo: 3% ao ano. E continuam sendo neste primeiro semestre de 1994, quando os bancos privados cobram juros reais de até 300%/ano.

Um exemplo da "estratégia socializante" do BNH. No primeiro semestre de 1976, o organismo financiou a construção de somente 27.120 casas populares e compra de terrenos aos originários das classes de menor renda (1 a 5 salários mínimos). No mesmo período, fez 40 mil financiamentos para aquisição

de casas e apartamentos a integrantes das classes médias (os que ganham 10 salários mínimos ou mais ao mês).

Na "categoria de interesse social", o limite dos empréstimos era, em setembro de 1975, de 78 mil cruzeiros. Aumentava para 548 mil (cerca de 50 mil dólares na época) nos financiamentos destinados às categorias favorecidas. Em 1976, quase 90% dos recursos do BNH foram destinados à compra de casas e apartamentos médios e grandes.

Foi porém no relativo aos salários que a ditadura revelou em toda sua plenitude seu caráter descaradamente classista, de defesa incondicional dos interesses dos patrões, urbanos ou rurais, nacionais ou estrangeiros.

O salários foram violentamente rebaixados (em seu poder aquisitivo). Menos, evidentemente, os vencimentos dos próprios militares. Durante o governo Goulart, os servidores públicos, em memorável mobilização, haviam conseguido a "Lei da Paridade", terminando com a situação privilegiada que os "homens de uniforme" gozavam em relação aos servidores civis da União. Um funcionário de nível universitário, passara a ganhar tanto quanto um coronel (último posto rotineiro da carreira militar).

Confirmando que os militares haviam feito no 1º de abril de 1964 a "sua revolução", imediatamente após o golpe a paridade foi jogada na lata de lixo: um médico passou a ganhar tanto como um terceiro sargento, ou mesmo um cabo da Aeronáutica.

Com a ditadura começou uma política deliberada de baixa sistemática dos salários reais, aquilo que se convencionou chamar "confisco salarial". Ou seja, uma maneira de proporcionar um acréscimo substancial de **mais-valia** aos patrões. A nova política salarial permitiu uma altíssima taxa de poupança para a burguesia, base do *"milagre econômico brasileiro"*. Um milagre conseguido com a pobreza, a miséria e a subnutrição/fome de 2/3 da população. E que asseguraria, também, a preferência, pelo Brasil, das empresas transnacionais, consolidando sua posição de *"sócio menor"* do imperialismo na América do Sul.

Pela lei nº 4.725, de julho de 1965, *os reajustes - inclusive os espontâneos* (eventualmente concedidos por algum patrão mais sensibilizado com a pobreza de seus trabalhadores) *não podiam ser dados em prazos inferiores a doze meses e seriam calculados com base nos salários médios dos últimos 24 meses, acrescidos de uma taxa de produtividade estimada para o ano anterior e de uma porcentagem equivalente à inflação admitida na programação econômico-financeira do governo.*

Com esse complexo sistema de cálculos, todo tipo de fraudes eram possíveis, pois era o governo ditatorial - sem que ninguém tivesse possibilidades de contestar-lhe - quem tinha o poder de estabelecer o ***"valor real dos salários dos últimos 24 meses"***, definir a seu gosto ***"os índices de produtividade verificados"*** e fixar em forma arbitrária ***"a inflação prevista..."***.

O coronel Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho do governo Costa e Silva, em conferência na Escola Superior de Guerra, acusava:

"Foi decepcionante para os operários e empregados o resultado da política salarial do governo Castelo Branco, pois tiveram seus salários duramente diminuídos devido à subestimação dos 'resíduos inflacionários', sem a correspondente correção (...). A política anti-inflacionária de Castelo Branco teve seu êxito comprometido porque não congelou os preços na proporção em que se conteve os salários, causando uma perda de valor destes últimos (...). Entre as causas da diminuição do salário real estava a subestimação das taxas de resíduo inflacionário. Assim, para 1965, a previsão do resíduo inflacionário (que serviu de base para estabelecer os novos salários) foi de 25%, e para 1966, de 10%. Mas a verdadeira inflação foi de 45 e 41%, respectivamente" (*Jornal do Brasil, 5/12/66*).

Trinta anos depois, confirmando que os governos "democráticos" não têm sido melhores - no relativo à política

salarial - do que a ditadura, poderiamos repetir textualmente as palavras de Passarinho, substituindo somente a frase "a política anti-inflacionária de Castello Branco" por **"o Plano FHC" teve seu êxito comprometido porque não congelou os preços na proporção em que se conteve os salários, causando uma perda de valor destes últimos** (...).

Entretanto, em razão de alguns movimentos grevistas (Contagem e Osasco), o regime militar admitiu haver algumas *"distorções"* nos cálculos dos salários e chegou a conceder um abono de 10%. A adoção do Ato Institucional nº 5 liquidou com a possibilidade de movimentos reivindicatórios. Verificou-se - em razão do terror oficial institucionalizado - uma total desmobilização dos trabalhadores e o governo ficou com a área limpa para prosseguir com sua política de confisco salarial.

"O salário mínimo vigente em março de 1964, por valor de 42 mil cruzeiros, ou 42 cruzeiros novos, possibilitava a aquisição de uma série de bens e serviços que exigiriam um esforço equivalente a 2370 minutos de trabalho. Utilizando os mesmos critérios, em fevereiro do corrente ano, com o salário mínimo de 84 mil cruzeiros - considerando a mesma base de 200 horas de trabalho por mês, podemos ver aquela equivalência em alimentos e serviços básicos exigia 4100 minutos de trabalho..." *(Correio da Manhã, 14/2/68).*

Um dado mais para comprovar a brutal disparidade existente entre ricos e pobres. Uma estatística da CEPAL, relativa ao ano 1967, demonstrava que **enquanto 50% da população tinham renda *per capita* média de US$ 130, um por cento dos brasileiros ganhava em média US$ 6500. As duas categorias sociais absorviam igual percentagem da renda nacional: 18,6% do total. O que significa que 900.000 indivíduos ganhavam tanto quanto 45 milhões de outros situados na base da pirâmide social.**

Uma notícia publicada pelo *"Jornal do Brasil"* de 27/2/69, revelava as conseqüências do *"AI-5"* sobre os sindicatos:

"Cerca de 100 dirigentes sindicais foram destituídos dos cargos que ocupavam em sindicatos de vários estados, por decisão do ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho. Em sua exposição de motivos, o coronel Passarinho considerou a medida dentro do espírito que originou o Ato Institucional nº 5; e observou que as 'entidades sindicais' devem ter seu quadro diretor e suas representações sem a presença daqueles que não demonstraram condições para garantir a disciplina da entidade de acordo com a ordem social vigente".

Esboçava assim, o ministro, um retrato fiel daquilo a que estavam reduzidos os sindicatos brasileiros: uma força auxiliar da polícia e dos militares na manutenção da *"ordem social"* imposta pelos militares. Uma vez mais, a velha *"ORDEM"* de Augusto Comte estava presente, onipotente.

Atualmente, Passarinho posa de democrata, isso sem nunca haver feito uma autocrítica de sua atuação durante a ditadura. Ele foi, inclusive, um dos signatários do "AI-5", o mais brutal e antidemocrático ato da ditadura, que levou dezenas de milhares de brasileiros à prisão, às torturas, à morte, ao desaparecimento e ao exílio.

Em 1973 - quando o valor real do salário mínimo já estava reduzido à metade do de 1957 - o ditador Médici, o mais reacionário dos titulares da "Era Militar", admitia que o Brasil ia bem (em pleno "milagre econômico") porém o povo estava mal. Delfim Neto, á frente do Ministério da Fazenda, protagonizou então a maior das fraudes da ditadura no campo trabalhista. Estabeleceu como índice máximo da inflação, 12%. A Fundação Getúlio Vargas acusou, ao terminar o ano, 15%. O DIEESE chegou a nada menos de 26,7%, mais do que o dobro do que admitida por Delfim.

O escândalo estourou em 1975, quando o Banco Mundial, em relatório, divulgou que entre 1973/74 o governo brasileiro havia falsificado os índices da inflação e conseqüentemente os reajustes salariais. O Banco Mundial utilizou como índice de inflação para o Brasil, em 1973, 22,5%. Mário

Henrique Simonsen, que substituiu Delfim (no governo do general Geisel) mandou recalcular o índice daquele ano, chegando a 26,6%, praticamente igual à taxa anunciada pelo *"DIEESE"*, dois anos antes.

Calcula-se que os assalariados brasileiros perderam, com a vigarice do *"gordinho sinistro"*, nada menos de 34,1% nos salários pagos nos anos seguintes, baseados nos índices falsificados em 1973 e 74. Poder-se-ia calcular o que isso significou em termos de aumento da miséria e vidas humanas perdidas.

Outra fraude atentatória aos direitos dos trabalhadores foi protagonizado pelo governo Figueiredo. Às voltas com uma inflação galopante (já cerca dos 200%) e com a marcação cerrada exercida pela representante do FMI, a sra. Ana Maria Jul, que atuava como um verdadeiro vice-rei (Luis Fernando Veríssimo, nosso grande humorista, chegou a propor, em conseqüência: *"Basta de intermediários, Ana Maria Jul para a Presidência"*), Delfim - uma vez mais Delfim - fez com que o João assinasse em 5 de julho de 1983, um decreto, pelo qual o IBGE foi autorizado a ***"deduzir, na variação mensal apurada no INPC, referente aos meses de junho e julho, as parcelas de 1,5% para o primeiro mês e 1% para o segundo"***.

Era o *"expurgo das acidentalidades"*. A partir de então, o Brasil passou a ser o único país do mundo a ter dois índices oficiais de inflação: um para a burguesia (tomar conhecimento dos aumentos reais dos preços e poder reajustá-los, como de praxe, acima da inflação) e outro para os trabalhadores (para os reajustes salariais). Fantástico!

Pelo decreto-lei nº 2.036, o governo liquidou várias conquistas dos trabalhadores das empresas estatais. Manobra tática enquadrada no compromisso assumido pelo governo militar, frente ao FMI, de iniciar a privatização das empresas do Estado.

A bomba viria com o decreto-lei 2.045 que afetou todos os assalariados, sob o regime da CLT. Os reajustes salariais passariam a ser então de somente 80% do INPC. Além disso, o aumento por produtividade ficou vinculado às variações do

PIB do ano anterior. Como estava-se vivendo - em razão das receitas do FMI - uma etapa recessiva, com PIBs cerca de zero, nada era possível reivindicar por esse lado. Foi uma vitória, por goleada, do Fundo em sua disputa com os que viviam de salário no Brasil.

Havia que considerar ainda os expurgos do INPC feitos pelo superior governo. Segundo cálculos do DIEESE, o Custo de Vida da família assalariada no período de fevereiro a junho de 1983 subiu 71,7%. Enquanto isso, o INPC calculado pelo governo foi de 58,1%. Os reajustes, em conseqüência, à base de 80%, foram de 46,48%, o que significou uma diferença em prejuízo dos trabalhadores de 25,22% (71,7-46,48).

A orgia de decretos-lei continuou. Em outubro, o 2.064 teve somente a duração de 15 dias, sendo substituído pelo 2.065 que restabeleceu o aumento equivalente ao INPC para os trabalhadores que ganhavam até 3 salários mínimos. Além disso, o 2.065 dispunha o gradual abandono da política salarial oficial e estabelecia que a partir de 1/8/88 haveria livre negociação entre patrões e empregados, respeitado somente o valor do salário mínimo. O fato de estabelecer política setorial para 1988, comprova que os militares pretendiam perpetuar-se no poder.

Em novembro de 1984, o Congresso aprovou a lei 7.238, que estabelecia dois tipos de reajustes: até 3 salários mínimos correção de 100% do INPC; a partir de 3 salários mínimos, correção de 80% do INPC.

A trágica exploração do proletariado brasileiro (**igual à exploração de todos os trabalhadores do Terceiro Mundo - o proletariado externo dos grandes países capitalistas - que produzem uma taxa extra de mais-valia para os monopólios internacionais, o que assegura a esses a possibilidade de diminuir a taxa de exploração nos territórios metropolitanos, garantindo a "paz social" nos países centrais**), podia ser comprovada por uma matéria publicada pelo *Jornal do Brasil*, de 5/1/69:

"CUSTO REAL DE MÃO-DE-OBRA.

"Serge Birn, técnico americano em organização de trabalho, estudando os mercados dos Estados Unidos, Alemanha Ocidental, França e Grã-Bretanha, elaborou uma tabela de Custo real da mão-de-obra destes países. Convertendo em cruzeiros seu cálculo em francos, no qual foram considerados os fatores salários, gravames sociais, diferenças de produtividade e atraso tecnológico, temos o preço de custo por hora do operário:

França	NCr$ 13,059
EUA	NCr$ 12,675
Grã-Bretanha	NCr$ 12,675
Alemanha	NCr$ 11,907

No Brasil, tomando como base o salário mínimo regional da Guanabara (NCr$ 129,00, o mais alto do país), o cálculo dá como resultado um custo real horário de NCr$ 0,645.

"A partir deste dado, destacam-se alguns fatores interessantes: para ganhar o que um operário francês recebe numa hora, o brasileiro tem de trabalhar dois dias e meio. Com pouco mais de dez horas de serviço, o operário estadunidense ganha o equivalente a um mês de trabalho do carioca. E para receber um salário superior ao correspondente a um dia de oito horas do operário do Rio, é suficiente que o inglês e o alemão trabalhem menos de 30 minutos diariamente".

Sem comentários...

Com base em parte (a não desviada ou roubada) dos recursos da dívida externa, nos investimentos das empresas transnacionais (obtidos ao preço de privilégios absurdos) e, fundamentalmente, na brutal exploração das classes trabalhadoras (liquidação dos direitos sociais, especialmente fim da estabilidade, que determinou uma alta rotatividade no emprego e a conseqüente rebaixa real dos salários, falsificação dos índices de inflação para diminuir os reajustes salariais, fim do direito de greve e a intervenção nos sindicatos) foi conseguido

um acelerado crescimento econômico, com taxas que superaram, nos anos 70, os 10% anuais.

Entretanto, em razão dos formidáveis encargos da dívida externa a partir de 1980 (o aumento da "prime-rate" de 7,45% para 21,5%), da enorme concentração da renda que impediu o surgimento de um mercado interno forte (que assegurasse a continuidade do processo de crescimento acelerado), o "milagre" terminou em forma catastrófica e a crise conseqüente se mantem até hoje.

Alguns índices econômicos são suficientes para comprovar que a situação era, em 1985, muito pior do que em 1964. A inflação de 89% em 1963, chegaria a 203,3% em 1984 e 228,0% em 1985. A estagnação do crescimento econômico em 1963 (aumento de 1,8%, inferior ao demográfico), alcançaria, em 1983, a 3,4% negativos. A dívida externa aumentara de 3 bilhões em 1964, para 100 bilhões em 1985. Somente os juros pagos anualmente na década de 80 - média de US$ 15 bilhões - quintuplicavam o total do endividamento de antes do golpe.

A pauperização da imensa maioria da população - em especial as classes trabalhadores e os marginalizados - foi brutal. Enquanto a renda ***per capita*** atingia o índice de 458,36 (100 em 1940), o salário mínimo estava reduzido em 1985 à metade (52,04). Isso significava que todo o formidável crescimento do PIB beneficiara exclusivamente os bancos estrangeiros, as empresas transnacionais, as classes dominante nativas e setores das classes médias (o regime militar necessitava algum respaldo popular e as transnacionais, como a indústria automotriz, tinham que ampliar seu mercado; daí terem sido beneficiados, na distribuição do PIB, setores das classes médias). E, obviamente, os própios militares.

Quadro III
Salário mínimo real 1940-1984

Ano	Índice	
1940	98,02	I Governo Vargas
1941	89,35	
1942	80,22	
1943	78,78	
1944	83,19	
1945	67,03	Golpe militar
1946	58,82	Governo Dutra
1947	44,94	
1948	41,61	
1949	42,19	
1950	39,84	
1951	36,80	II Governo Vargas
1952	98,77	
1953	81,35	
1954	98,88	
1955	111,04	Governo Café Filho
1956	112,81	Governo J. Kubitscheck
1957	122,65	
1958	106,70	
1959	119,45	
1960	100,30	
1961	111,52	Governo Jânio Quadros/ João Goulart
1962	101,82	Governo João Goulart
1963	89,51	
1964	92,49	Golpe militar
1965	89,19	Ditadura militar
1966	76,03	
1967	71,92	
1968	70,39	
1969	67,73	
1970	68,93	
1971	65,96	
1972	64,78	Ditadura Militar
1973	59,36	
1974	54,48	
1975	57,91	
1976	56,54	
1977	58,92	
1978	60,70	
1979	61,27	
1980	61,78	
1981	63,34	
1982	66,02	
1983	56,10	
1984	52,04	

Fonte: DIEESE

7. A pauperização do povo sob os regimes "democráticos"

Com o fim da ditadura, surgia a grande oportunidade de conquistar a democracia plena, eleger pelo voto direto um presidente que pudesse restabelecer a liberdade e os direitos sociais avassalados durante duas décadas de regime discricionário.

A campanha das "*Diretas, Já*" conseguiu empolgar o país, reunindo milhões de pessoas em seus atos, consagrando lideres da campanha, especialmente o liberal Ulisses Guimarães e o socialista Luis Ignácio Lula da Silva. Entretanto, como já sucedera em outras oportunidades histórica, havendo inclusive se tornado norma, as classes sociais dominantes, com sua proverbial capacidade de mistificação, conseguiram freiar a formidável mobilização popular, arquivando as possibilidades de um avanço efetivo nos rumos da democracia, de mudanças radicais nas condições de vida do povo e no sentido do restabelecimento da soberania nacional.

Uma aliança entre os setores menos reacionários do governo Figueiredo e os mais conservadores da área democrática resultou numa solução de *conciliação*, que inviabilizaria o efetivo avanço popular, não comprometeria os privilégios das classes dominantes e a dominação imperial. A candidatura Tancredo Neves, foi plenamente respaldada pelo imperialismo (a visita do secretário de Estado norte-americano), pelos militares menos totalitários, pelas classes dominantes nacionais, por uma parte considerável daqueles que haviam participado da campanha das "Diretas, Já" e por um congresso totalmente comprometido com a ditadura. Traiu-se a vontade popular. Uma vez mais, como quando da independência, da libertação dos escravos e da proclamação da República e do Movimento de 30, as possibilidades de câmbios efetivos foram abandonadas. Adotar-se-ia uma "reforma" que anistiaria todas as violações totalitárias dos militares, não investigaria as fabulosas fraudes cometidas, manteria todos os privilégios das classes dominantes e os interesses do sistema imperial, tudo em troca de vagas promessas ao setor popular.

A morte de Tancredo Neves, logo que eleito pelo voto indireto, colocou no cenário político uma figura absolutamente não qualificada para o exercício do poder. Um político provinciano que chegara de seu estado, o Maranhão, marcado pela fama de haver protagonizado o mais amplo e organizado processo de grilagem de terras verificado no país. Inclusive em benefício próprio (o grilo Maguary). Como vice, Sarney herdou inclusive o ministério já escolhido por Tancredo.

No que se refere à temática deste livro, a política de Sarney foi contraditória. Depois de haver-se livrado de Francisco Dornelles, o ortodoxo e reacionário ministro da Fazenda de Tancredo, o novo presidente nomeou um empresário considerado progressista para o ministério: Dilson Funaro. Integrando sua equipe econômica com nomes destacados da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e outras universidades, Funaro partiu para aplicação de uma política heterodoxa. Promulgado em fevereiro de 1986, o Plano Cruzado,

deveria combater a inflação que já chegava a índices intoleráveis, desindexar a economia, terminar com a correção monetária, congelar preços e salários e substituir o cruzeiro pelo cruzado na razão 1000 x 1.

A população, vítima durante trinta anos de uma inflação crescente, que corroía em forma cada vez mais dramática seus magros salários, vibrou com o congelamento de preços. O contentamento popular se traduziu num auge comprador. O aumento das vendas e da produção criou condições para o setor trabalhador reivindicar melhores salários. Os aumentos conseguidos (verificou-se um aumento real médio de 8% nos salários) determinaram uma corrida consumista, incentivada também pelo aumento das vendas à crédito, possíveis em razão da contenção de inflação.

Aqui, um observação importante: em razão de uma mínima melhoria na distribuição de renda, aumentou a capacidade de compra de amplos setores da população. O mercado interno passou a absorver uma maior porcentagem da produção. Diminuiu, conseqüentemente, a disponibilidade para a exportação. A partir de agosto, o saldo da balança comercial passou a ser negativo. Isso vinha comprovar uma tese dos setores populares: grande parte do que o Brasil exporta é tirado da boca dos trabalhadores e da população marginalizada e de seu modesto consumo necessário. Foi suficiente aumentar minimamente a renda dos assalariados, para que os saldos positivos do comércio exterior desaparecessem.

E desapareceram - nos meses seguintes - em forma tão radical, que em fevereiro do ano seguinte, o governo, por absoluta falta de divisas, foi forçado a decretar a moratória da Dívida Externa. Confirmava-se outra das convicções da área progressista: a dívida externa está sendo paga com a fome e a diminuição do consumo popular. Bastou o povo comer um pouco mais, que já não foi possível pagar os banqueiros internacionais.

Se do ponto de vista econômico e social o Cruzado foi, em sua primeira etapa, um sucesso, no político foi uma apoteose: Sarney, cujos índices de popularidade antes do plano estava quase a zero, viu aumentar espetacularmente seu prestígio. As pesquisas de opinião assinalavam, já em abril, 45 dias depois do congelamento, que 95% da população considerava o governo "ótimo" e "bom." Um índice nunca antes atingido no país.

Porém, o Plano Cruzado, tão favoravelmente acolhido, tinha, na realidade, outros objetivos: não a melhoria efetiva e permanente das condições de vida do povo. 1986 era um ano eleitoral. Tornava-se necessário criar condições para que o partido governista pudesse enfrentar com êxito as urnas. O Cruzado não significou mais do que um expediente sujo, um conto do pacote, um conto de vigário, um estelionato sabiamente elaborado pelos estrategistas do PMDB.

Com base na euforia popular provocada pelo Plano, a vitória do partido oficialista foi a mais espetacular da história. O PMDB elegeu mais de 50% dos deputados e nada menos de 22 dos 23 governadores.

A fraude, seguramente a mais despudorada da história, veio à luz poucos dias depois das eleições. Numa confissão de que o congelamento e a melhor distribuição de renda haviam objetivado somente assegurar a vitória do partido oficialista, o "Cruzado" foi arquivado, substituído pelo "Cruzado II", ou pelo "Manuelaço" (em homenagem a seu autor, João Manuel Cardoso de Mello).

O prestígio de Sarney voltou instantaneamente ao seu nível normal, aos índices levemente acima de zero de antes do Cruzado. A formidável equipe econômica foi mandada de volta às universidades de origem para vender, a incautos alunos, a excelência de suas teses, a superioridade de seus conhecimentos...

A nova equipe econômica, dirigida por outro famoso professor de economia, Bresser Pereira, terminou sendo ainda mais maligna para o povo do que seus antecessores. Ela simplesmente "anulou", para fins de reajustes salarial e correção da poupança, a inflação de junho de 1987, de 26,06% e os resíduos dos "gatilhos" provocando uma perda média de 37% nos salários em geral. Um confisco maior do que o ocasionando pela falsificação de Delfim, em 1973, denunciada na época pelo DIEESE e confirmada pelo Banco Mundial. Comprovava-se que no campo econômico/social a diferença entre os métodos da ditadura e do governo da "Nova República" não existiam.

Depois de haver colocado à frente da economia as maiores luminárias das grandes universidades do país, dando oportunidade para que eles aplicassem seus mirabolantes planos, tendo o povo como cobaia, Sarney cairia no extremo oposto: nomeou um pobre burocrata, Mailson da Nobrega, egresso do curso noturno da muito pouco conceituada universidade de Brasília... Com seu plano "Verão", o novo ministro surrupiou a todos que viviam de salários, outros 26,05%.

Congelamentos, confiscos, "feijão com arroz", tudo com resultados equivalentes: a economia continuava parada, a inflação crescia em forma cada vez mais acelerada e o povo ficava cada vez mais pobre.

A inflação alcançaria índices intoleráveis: **365,9%** em 1987, **993,3%** em 1988 e **1.764,9%** em 1989. No último mês do governo Sarney ela atingiria 84,32%. Com a mudança de governo e as manipulações feitas em relação a inflação de março de 1990, os salários seriam uma vez mais confiscados. Para o governo valeria o valor estabelecido para o Bônus do Tesouro Nacional (BTN): 41,28%. Uma antecipação do que seria a política social do governo Collor.

Com Fernando Collor, eleito pelo voto popular depois de tantos anos de abstinência, teríamos um governo que se caracterizaria pelo autoritarismo extremado e pela adoção incondicional do neoliberalismo. Na aparência, uma contradição; em realidade, a nova receita dos economistas do FMI somente pode ser aplicada por governos autoritários que quebrem, com medidas duras, totalitárias a resistência popular.

A vocação autoritária de Collor ficou evidente desde o primeiro momento. Congelou 75% da poupança nacional e lançou o país à recessão mais brutal. Ignorou olimpicamente o Congresso (legislando através de mais de duas centenas de Medidas Provisórias), o Poder Judiciário e inclusive a Constituição (o caso do aumento de 147% aos aposentados). Avançando como se fosse uma divisão blindada, arrasou com tudo, deixando a sociedade perplexa e assustada. Inclusive setores combativos das forças populares quedaram imobilizados, encolhidos pelo medo.

Seus compromissos com o sistema imperialista também ficaram evidentes desde logo. Tratou de desvincular-se do que denominava "a retorica terceiro-mundista", aceitou incondicionalmente a tutela do FMI e passou a aplicar as receitas do neoliberalismo: abriu as fronteiras econômicas, passou a desmontar a máquina do Estado, desregulou a administração e a economia; começou a privatizar as empresas estatais e pregava a liquidação de direitos sociais vigentes há meio século, como a estabilidade, que obstaculizava seus planos de despedir 400 mil funcionários do Estado e o aposentaria por tempo de serviço. Liquidou os preços mínimos para os produtos agrícolas e limitou drasticamente os financiamentos à agricultura (a produção de trigo caiu de 6 milhões de toneladas para 3 milhões).

A mais dura manifestação de totalitarismo verificou-se na área econômico-financeira. Nunca a economia de um país foi submetida a uma agressão tão brutal como por ocasião do Plano Collor. Emboscados, na calada da noite, os economistas a serviço de Collor (com essa personagem de novela mexicana - Zélia Cardoso de Mello - à frente com um personagem sinistro importado das Arábias na presidência do Banco Central e economistas como Antônio Kandir, que havia colaborado com o PT), confiscaram cerca de 3/4 da poupança nacional, provocando a maior recessão já verificada no país e a desgraça de milhões de pequenos poupadores. O incrível foi que inclusive economistas da área popular apoiaram o brutal atentado aos

direitos da cidadania. Os "amigos do rei", as grandes depositários, os integrantes do governo e periféricos, foram avisado do confisco e conseguiram evitá-lo. Os monopólios e as grandes empresas conseguiram liberar logo seus recursos. Somente os pequenos e médios poupadores tiveram suas economias imobilizadas até o fim, com brutais prejuízos.

Comprovando que sem participação e fiscalização popular intensivas e diretas qualquer plano de estabilização está destinado a fracassar, 21 meses depois do choque a inflação voltaria a um nível caótico: 25% mensais.

De abril de 1990 a março de 1991 - primeiro ano do governo Collor - verificou-se uma queda de 6,87% no PIB e de 8,76% na renda *per capita*. Nos anos 80, a "década perdida", a quebra da renda por habitante somara de 5,5%. Ou seja, em um ano a pauperização do povo brasileiro foi uma vez e meia superior à verificada na catastrófica década anterior.

A indústria apresentou baixas de 13,4% no setor de transformação e de 20,7% na construção civil. Anteriormente, em somente três oportunidades, haviam-se verificado baixa na produção industrial:

em 1930 - ano da revolução armada, - 7,8%;
em 1965 - recessão do início da ditadura militar, -2,56%;
em 1981 - recessão mundial, Era Reagan, -10,88%.
Fonte: *Conjuntura Econômica*, novembro 1990.

Em conseqüência da recessão, aumentou drasticamente o desemprego e o subemprego. Em fins de 1991, os desempregados da região metropolitana de São Paulo somavam 935 mil, 10,5% da PEA (Dados da Fundação SEADE-Dieese). Depois chegaria a 1,2 milhões. A nível nacional, o desemprego real chegaria a cerca de 8 milhões.

Ante essa crise aguda, com a economia em acelerado processo de decomposição, o governo Collor decidiu enviar uma carta de intenções ao FMI, assumindo compromissos ainda mais radicais do que os acertados por Delfim Netto

durante o último governo da ditadura (as oito famosas cartas de intenção). A dureza das medidas recessivas, das concessões anti-sociais e antinacionais contidas na carta era tamanha que o próprio diretor do fundo, Michel Candessus espantou-se:

"Fiquei muito impressionado com a força do compromisso de determinação das lideranças brasileiras em adotar esse programa. Este vai ser um programa extremamente duro para ser implementado, mas eles (o governo Collor) estão determinados a cumprí-lo" (*Folha de S. Paulo*, 7/12/91).

Essas negociações com o FMI revelaram algo novo no cenário econômico mundial. Eliminada, com o desmantelamento da URSS, a contradição fundamental em nível internacional dos últimos 70 anos - capitalismo x "socialismo" - os países altamente industrializados, sem adversários no campo ideológico-geopolítico, passaram a exercer o domínio global em forma absoluta. Vejamos.

Revelando toda sua subserviência ao sistema dominante internacional e desobedecendo inclusive o disposto pela Constituição e decisões do Poder Judiciário, o governo Collor **"garantiu ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que não pagaria o reajuste de 147% aos aposentados se o dinheiro tiver que sair do atual orçamento"** (*Folha de S. Paulo*, 19/1/92).

Como as negociações entre o governo brasileiro e o FMI não estavam suficientemente claras, os governos dos "sete grandes", passando por cima do organismo internacional, assumiram diretamente as negociações com Brasília.

"O ministro da Economia voltou a reunir-se com embaixadores dos países mas desenvolvidos (G-7), no domingo, em Brasília, para eliminar as últimas resistências à aprovação do acordo. Marcílio recebeu uma informação do representante do Brasil no FMI, Alexandre Kafka, de que o Japão e a Inglaterra tinham dúvidas sobre a forma de financiamento do pagamento dos 147% de reajuste dos aposentados. O ministro deixou claro aos embaixadores do G-7 que as metas previstas na Carta de Intenções serão cumpridas" (*Folha de S. Paulo*, 28/1/92).

Os governos das sete potencias hegemônicas - comprovando a ociosidade em que se encontram depois do fim da URSS - **tratam do aumento dos aposentados brasileiros.** Depois que os senhores embaixadores do mundo rico se declararam satisfeitos com as explicações do ministro brasileiro, o FMI aprovou a Carta de Intenções...

Proibido de emitir moeda para pagar o reajuste assegurado pela Constituição aos aposentados, o governo Collor, em dezembro de 1991, emitiu Cr$ 1,9 trilhões destinados a comprar dólares ao setor exportador e assim poder cumprir com a carta de intenções.

Sob o governo Collor, com Marcílio M. Moreira no ministério da Economia, o Brasil atingiu seu nível mais alto de dependência internacional, o estagio mais baixo de sua soberania.

Quadro IV
Salário mínimo real 1985/92

Ano	Índice
1985	53,24
1986	50,36
1987	36,31
1988	38,22
1989	40,70
1990	29,09
1991	30,38
1992	26,07

Fonte: *DIEESE*

8. Brasil: a pior distribuição de renda do planeta

Um estudo feito pelo economista João Eduardo Furtado, professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), revela a que extremos chegou a exploração brutal, sem limites a que foram submetidos os trabalhadores brasileiros. Furtado examinou a participação do "salário no produto industrial" em quarenta países de diferentes estágios econômicos (Primeiro e Terceiro Mundo e países socialistas).

O Brasil comparte o último lugar com o Kuwait: 17% (é supérfluo recordar que a incidência de mão-de-obra na extração do petróleo é mínima). Os salários no Brasil representam menos que a metade da média mundial (42%). São bastante menores inclusive do que a média latino-americana, 27% *(O Estado de São Paulo*, 28/11/90).

Os dados do "PNAD" (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE de 1989 e do Banco Mundial, Relatório 1990, asseguram ao Brasil outra primazia mundial: tivemos, como vimos na Introdução, o maior crescimento econômico convivendo com **a pior distribuição de renda do planeta**. Essa situação absurda, kafkiana se origina nas teorias dos economistas que comandaram a economia do país durante a ditadura militar, os Roberto Campos, Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen etc. Segundo as mesmas era necessário deixar "*o bolo crescer*", para depois dividí-lo. Nos anos 70, o "bolo" cresceu aceleradamente, sem que se processasse nenhuma divisão; ao contrário, aumentou a porção pantagruélica destinada à minoria privilegiada.

A partir de então, em razão da crise originada na dívida externa, o "bolo" deixou de crescer. Para assegurar aos setores privilegiados suas porções na partilha, foi necessário diminuir ainda mais as partes correspondentes ao "resto" da população.

As categorias "mais pobres" são as que estão pagando com miséria, fome e vidas humanas os efeitos da crise dos anos 80/93. Os "mais ricos", aumentando sua exploração, tratam de manter e até melhorar sua situação excepcional, superando os efeitos da recessão. Em conseqüência, a distribuição da renda nacional é cada vez mais perversa: beneficia cada vez mais uma minoria cada vez mais restrita de privilegiados.

O índice de Gini, adotado para medir a concentração da renda em um país, apresenta a seguinte evolução no Brasil: em 1950, 0,500; 1981, 0,589 e 0,652 em 1989.

As estatísticas oficiais demonstram que esse propósito foi totalmente conseguido pelos economistas que, a serviço das classes dominantes e das empresas transnacionais - nos últimos trinta anos - se revezaram no poder.

Os 90% mais pobres da população receberam, em:	
- 1981, 53,4% da renda	
- 1989, 46,8% da renda	Verifica-se que as porcentagens
Os 10% mais ricos	são praticamente as mesmas.
- 1981, 46,6%	Somente se inverteram em benefí-
- 1989, 53,2%	cio dos ricos.
Os 50% mais pobres	
- 1981, 13,4%	Em 1981, os 1% mais ricos
- 1989, 10,4%	ganhavam tanto quanto os 50%
O 1% mais ricos	mais pobres. Em 1989, 66% maiso
- 1981, 13,0%	do que eles.
- 1989, 17,3%	
Os 10% mais pobres	Esta categoria perdeu em menos
- 1981, 0,9%	de uma década, 33,3% de sua
- 1989, 0,6%	participação original no PIB.

Os "10% mais ricos" nos países capitalistas centrais se apropriam entre 20 e 25% da renda nacional: Suécia, 20,8%;

Noruega, 21,2%; Bélgica, 21,5%; Dinamarca, 22,3%; Japão, 22,4%; Países Baixos, 23,0%; Alemanha, 23,4% e Estados Unidos, 25%.

Nos países do Terceiro Mundo, onde tem vigência o "capitalismo selvagem", os índices de concentração de renda são maiores. Os "10% mais ricos" se locupletam com 25,4% no Marrocos; 26,7% na Índia; 29,1% em Gana; 32,1% nas Filipinas; 33,4% na Jamaica; 37,1% na Colômbia; 40,8% na Guatemala; 42,8% em Botsuana e 43% em Sri Lanka ("*Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial - 1990*" - Banco Mundial).

O índice relativo a Sri Lanka ficava em penúltimo lugar, somente suplantado pelo brasileiro: 46,2%. Esse era, porém, como vimos, amplamente superado pelo registrado no PNAD-89, 53,2%. Nos Estados Unidos, nos informa John Kenneth Galbraith, ("*A cultura do contentamento*") *os 20% mais ricos se apropriam de 51,8% do PIB, porcentagem menor do que a conseguida no Brasil pelos 10% mais ricos*. O que significa que o capitalismo no Brasil é duas vezes mais concentrador e mais perverso do que nos "States".

Os anos 80 constituíram a "década perdida" para a economia da América Latina/Caribe e para a brasileira. No seu conjunto, os latino-americanos e os brasileiros ficaram mais pobres: 9,6% e 5,5%, respectivamente. Porém, em razão do perverso sistema de distribuição de renda que analisamos, os setores privilegiados ganharam. O "1% mais rico", que tinha no Brasil, em 1981, uma renda anual de 30 mil dólares, embolsou US$ 48 mil em 1989. Enquanto isso, os "50% mais pobres" viram sua renda decrescer, no período, de 1.200 para 900 dólares.

Se compararmos a renda individual de cada um dos "1% mais rico" com a dos "50% mais pobres", vemos que existe uma desproporção de 288 x 1. Ou seja, o que um ganha em um dia de trabalho, outro recebe em 1 ano (descartados domingos e feriados).

No período 1940/85, o PIB *per capita* cresceu do índice 100 para 458,36. Ou seja, a renda total dividida pelo número de habitantes em um e outro ano, multiplicou-se por 4,6. Comprovando, entretanto, que o PIB *per capita* é um índice totalmente enganoso, principalmente nos países subdesenvolvidos, onde a exploração do homem pelo homem é muito mais intensa, o salário mínimo diminuiu, no período, de 100 para 52,04%.

Em 1960, com **27,12%** do salário mínimo se comprava os produtos de uma cesta básica. Em fins de 1992, a cesta já correspondia a **78,30%** do mínimo. Na Era Itamar-Fernando Henrique Cardoso, com a política de subtrair (dos reajustes salariais) 10% da inflação mensal, somente reajustando-os no fim de 4 meses, a situação piorou ainda mais: já em março de 1994 era necessário 1,5 salário mínimo para comprar uma cesta básica.

Ao congelar os salários em URV, em 28/02/94, deixando os preços totalmente liberados, o governo provocou uma nova desvalorização no poder aquisitivo dos salários. Na primeira quinzena de junho, uma cesta básica comprada no Supermercado Pão de Açúcar pelo presidente da CUT custou 120 URV. O salário mínimo, congelado há quatro meses (e condenado a ficar assim por um ano) era de 64,79 URV. Eram necessários quase 2 salários mínimos para comprar uma cesta.

Seguramente um recorde mundial a ser reivindicado pelo Brasil: enquanto a renda por habitante se multiplicava por quase cinco, o poder aquisitivo do salário mínimo (o último censo revela que 53% da PEA ganha até dois salários mínimos) caiu para quase uma décima parte do original. Fantástico!

A política salarial, desde 1964 (ditadura militar e os governos Sarney, Collor e Itamar/FHC), equivale a um crime contra a humanidade. São milhões os que morreram em razão da subnutrição, da fome e das enfermidades decorrentes, em conseqüência da criminosa baixa dos salários reais. Em benefício de uma minoria privilegiada (bancos, transnacionais,

burguesia industrial e comercia e latifundiários) que se apoderam de mais da metade da renda nacional.

Se a Ética tivesse vigência no país, se houvesse justiça que punisse os grandes crimes, os de origem econômico-social que correspondem a verdadeiros genocídios, os responsáveis por essas políticas nos últimos 30 anos (ditadores, presidentes, ministros e integrantes das equipes econômicas) teriam que ser processados.

Essa brutal, perversa distribuição de renda teve efeitos contraditórios: numa primeira etapa, foi decisiva para a capitalização da burguesia nacional e das empresas transnacionais estabelecidas no país, possibilitando o crescimento acelerado dos anos 70, quando o PIB chegou a aumentar 12/14% ao ano. Entretanto, com a brutal exploração dos trabalhadores - com a perversa distribuição de renda - não se criou um mercado interno forte, que assegurasse a continuidade do desenvolvimento econômico. Hoje, não mais que 25/30 milhões participam do mercado de consumo capitalista.

Em conseqüência dessa debilidade do mercado interno, o desenvolvimento passou a depender cada vez mais da exportação, significando o aumento do mercado externo (com um tremendo ônus, especialmente em termos de deterioração nos termos de intercâmbio internacionais, subsídios fiscais e inflação). Ao diminuir a disponibilidade no mercado interno, a exportação excessiva provoca a alta de preços. Ao aumentar o meio circulante para comprar as divisas ao setor exportador, o governo lança mais lenha na fogueira da inflação.

Essa perversa situação torna-se mais evidente quando comparamos a evolução econômica do Brasil com a protagonizada pelo Japão. A comparação é válida porque as economias dos dois países foram as que mais cresceram segundo o estudo de Maddinson. Entre 1955/80, o Brasil apresentou o maior índice de crescimento mundial: uma média de 7,1% anual. O segundo lugar correspondeu ao Japão, 6,2%.

Essa afirmação soa aparentemente absurda quando comprovamos que o país do Extremo Oriente (militarmente derrotado e ocupado, em 1945), se transformou em 50 anos na segunda economia mundial, podendo inclusive superar, se mantidas as taxas de crescimento verificadas nas últimas décadas, aos EUA nos próximos 10/15 anos. E a situação de crise grave, de quase falência em que se encontra a economia brasileira.

Existem, é evidente, várias causas às quais deve ser atribuída a brutal diferença verificada no desenvolvimento econômico dos dois países. Seguramente, entretanto, a principal deve ser relativa à distribuição da renda e da propriedade: no Brasil, uma brutal concentração, que impediu a formação de um mercado interno forte, que assegurasse a manutenção do crescimento econômico. No Japão, uma boa distribuição de renda (salários altos e preços altamente remuneradores aos agricultores) garantiu um mercado interno vigoroso, fundamento sólido para o desenvolvimento nacional. Com base nesse mercado interno rico (que permitiu uma produção em escala), a indústria japonesa pode lançar-se à conquista dos mercados mundiais.

No Brasil, o mercado externo constitui uma desesperada "solução" para suprir a debilidade do interno, cada vez mais pobre em conseqüência da crise, da recessão, da inflação e da concentração de renda. No Japão, a exportação, apesar de seu fabuloso crescimento (em 1993 o saldo credor no comércio externo chegou a US$ 120 bilhões), constitui um complemento ao mercado interno. O enorme consumo doméstico (mantido por um salário médio de US$ 4.000 mensais) serve de base de sustentação para que a indústria possa produzir em escala crescente e assim concorrer sempre com maiores vantagens com os demais países altamente industrializados. O superávit do Japão em seu comércio com os EUA foi de US$ 59 bilhões, em 1993.

Outro fator de diferença fundamental entre o desenvolvimento dos dois países: a efetivação ou não da reforma agrária. Paradoxalmente, quem fez a reforma agrária no Japão foi o comandante das tropas norte-americanas de ocupação, o

general Douglas MacArthur. Liquidado o latifúndio, a agricultura passou a contribuir para o maior desenvolvimento capitalista do país, criando mais riquezas e aumentando o mercado para a indústria e os serviços.

Além da reforma agrária, os sucessivos governos japoneses estabeleceram uma política agrícola inteligente. Ao incentivar e subsidiar a agricultura, o governo objetivou (por motivos de segurança, econômica e militar) tornar o país o mais independente possível do suprimento externo de alimentos; manter no campo as populações rurais, evitando um excessivo êxodo rural e assegurar aos novos pequenos proprietários originados na reforma agraria um bom nível de vida, incorporando-os efetivamente ao mercado de consumo capitalista.

Um exemplo desse protecionismo ao setor agrícola: o preço pago aos produtores japoneses pelo arroz que produzem é cinco vezes superior ao vigente no mercado mundial. Aliás, essa é a política praticada nos demais países ricos: dados da OCDE revelam que os 24 países que a constituem, pagaram aos agricultores, em 1990, 240 bilhões de dólares de subsídios (seis vezes o total das exportações brasileira).

No Brasil, a reforma agrária continua sendo, depois de quatro séculos e meio da institucionalização das Sesmarias, um tabu e não existe nada que possa ser classificado efetivamente como "política agrícola". O governo Itamar/FHC, bateu todos os recordes: sete ou oito ministros da Agricultura em um ano e meio.

Em conseqüência da não realização de nenhum plano de reforma agrária, continua enorme a concentração da propriedade rural no Brasil (ver Quadro V).

Os 2174 grandes latifundiários (+ de 10 mil ha) ocupam uma superfície média de 25,9 mil hectares cada um. Os 3.085.841 minifúndios (- de 10 ha) têm uma superfície média de 3,3 hectares. Considerando a existência de latifúndios de um milhão e um milhão e meio de hectares, 300 ou 450 mil minifundiários ou "sem terra" poderiam produzir em cada um

dos mesmos. Dois ou três desses megalatifúndios poderiam proporcionar terra para todos os despossuídos do campo.

Quadro V
Estabelecimentos rurais, área e pessoal ocupados
Por grupos de área total - 1985

GAT (ha) [1]	Nº Estab.	Estab. [2] em %	Área (ha)	Área em %
Menos de 10	3.085.841	52,89	10.029.780	2,67
De 10 a 50	1.728.232	29,62	39.525.515	10,50
De 50 a 100	438.192	7,51	30.153.422	8,01
De 100 a 1000	518.618	8,89	131.893.557	35,05
De 1000 a 10000	47.931	0,82	108.397.132	28,81
Mais de 10000	2.174	0,04	58.287.168	14,96
Sem demarcação	13.791	0,24	-	-
Total	**5.834.779**	**100,00**	**376.286.577**	**100,00**

1 GAT - Grupos de Área Total
2 Estab. - Estabelecimentos

Fonte: IBGE. *Censo agropecuário*, 1985

Em razão da estúpida concentração fundiária existem milhões de famílias de camponeses sem terra, minifundiários, parceiros e trabalhadores escravos, estando outros milhões de pequenos e médios agricultores (por falta de uma política agrícola) mergulhados em profunda crise.

O êxodo rural (provocado pelo latifúndio) excede de longe a capacidade da economia urbana de absorver mão-de-obra, o que provoca a caótica situação de favelização e violência social nas grandes cidades. Além de significar uma produção de alimentos que condena à subnutrição 86 milhões e à fome 32 milhões de brasileiros (isso num país que tem uma área própria à agricultura duas vezes maior que a da China,

onde 1,2 bilhão de habitantes são abastecidos plenamente pela agricultura local).

9. FHC: o ministro, o candidato e o plano

Vivemos, neste mês de maio de 1994, uma conjuntura absolutamente negativa, uma crise permanente, institucionalizada, que já se mantem uma década e meia e que se agudizou em forma acelerada nos últimos quatro anos e meio: o "reinado" absoluto de Fernando Collor e o desgoverno praticamente total de Itamar Franco (com seus mais de 60 ministros nomeados, sendo cinco da Fazenda e sete ou oito da Agricultura). Ao nomear para a pasta econômica Fernando Henrique Cardoso, Itamar lhe atribuiu poderes de primeiro ministro e praticamente abdicou do exercício do poder. Como Jango, Sarney e outros antes deles, Itamar sofre do "complexo de vice".

Ao imobilismo do Poder Executivo é necessário acrescentar a inoperância e a corrupção do Congresso, o esclerosamento do Poder Judiciário e a total obsolescência do Código Penal (velho de 50 anos). Nesse vazio de poder, vicejam todos os tipos de abusos praticados pelas empresas transnacionais estabelecidas no país e pelas classes dominantes nativas (agiotagem desenfreada, especulação sem limites e sonegação de impostos em proporções seguramente inéditas entre países civilizados). Os bancos cobram juros reais entre 100/300% anuais, de 10 a 50 vezes superiores aos vigentes nos países centrais. Os preços dos monopólios crescem em forma descontroladas acima do índice da inflação. Para cada CR$ arrecadado pela Receita Federal e pela Previdência Social, CR$ 1,20 são sonegados: o total sonegado chega a US$ 100 bilhões. A fuga de capitais alcança US$ 60 bilhões, o equivalente ao capital estrangeiro aplicado no país. A inflação galopante (7.200% anualizada no mês de março), é a mais alta da história do país. A recessão, constante entre 1980/92, parecia

ter sido superada em 1993, apresentando o PIB um crescimento de 4,5%. Entretanto, foi um "boom" efêmero; durante os últimos meses do ano o aumento reduziu-se para 2%.

O endividamento - externo e interno - consumiu, em 1993, 62% do Orçamente da União. Esses gastos poderão aumentar este ano em razão de dois fatores. O ministro FHC ignorando olimpicamente o disposto no artigo 26 das Disposições Transitórias da Constituição de 1988: assinou o acordo de reestruturação da Dívida Externa.

O artigo 25 determina:

"No prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através de Comissão mista, o exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro".

O paragrafo 2 do artigo estabelece:

"Apurada irregularidade, o Congresso Nacional proporá ao Poder Executivo a declaração de nulidade do ato e encaminhará o processo ao Ministério Público Federal que formalizará, no prazo de sessenta dias, a ação cabível".

Por total incompetência e/ou por ter sido pressionado pelos setores interessados na não averiguação das fraudes, a Comissão encerrou seu trabalho sem apurar absolutamente nada. Isso, quando as irregularidades no endividamento são gritantes: a Constituinte anterior (e a atual) estabelecia que a obtenção de créditos no exterior estava condicionada à previa aprovação do Congresso. A partir do governo Garrastazu Médici, os empréstimos foram autorizados pelos famigerados "decretos sigilosos". Somente o ditador de turno, seu ministro da Fazenda, a equipe econômica e, obviamente, os banqueiros internacionais conheciam a evolução do endividamento.

Ignorando as irregularidades do endividamento, que implicam na nulidade das operações de crédito, o ministro FHC assinou um acordo com os bancos credores consolidando a dívida externa. Pior: trocou os títulos antigos, ilegítimos, inconstitucionais, que chegaram a ser vendidos no mercado paralelo de Nova Iorque por 18% de seu valor nominal, por

títulos novos (ao par, ou com desconto de somente 30%), legitimados pelo atual governo, aprovados pelo Senado. Para maior garantia e felicidade geral dos banqueiros, o ministro ofereceu como garantia complementar Títulos do Tesouro americano. Apesar de haver cumprido na integra as ordens do FMI, FHC não conseguiu o aval do organismo internacional (aparentemente os burocratas internacionais não confiam na volúvel dialética do ministro), foi necessário comprar com recursos próprios US$ 3 bilhões de bônus para assegurar maior garantia aos banqueiros internacionais.

O absurdo crescimento da dívida interna também se origina na violação de dispositivo constitucional. O paragrafo 3 do artigo 192, estabelece:

"As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e outra e quaisquer outras remunerações direta e indireta referidas a concessão de crédito, não poderão ser superiores a 12% ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas suas modalidades, nos termos que a lei determinar".

Uma vez mais - como em dezenas de outros artigos - o Congresso não regulamentou o dispositivo constitucional, tornando-se no maior responsável pela orgia de agiotagem que constitui um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico do país, no veículo básico da perversa distribuição de renda e na causa fundamental da inflação. Em razão disso, vemos os bancos cobrando juros de até 300% reais ao ano. E o que é mais absurdo: o próprio governo federal, violando a Constituição, pagando juros de até 34% reais sobre a dívida interna.

A cada vez mais perversa distribuição de renda (ocasionada pelos confiscos salariais e depois pelo congelamento dos salários em URV e pela alta desenfreada dos preços e juros bancários) provoca uma violenta deterioração das condições de vida de 90% da população: desemprego crescente, salários reais mais baixos, exclusão social, colapso quase total dos serviços públicos, em especial saúde e educação, a pré-falência

da previdência, miséria e fome em aumento. A violência, decorrente da trágica crise social, parece já incontrolável. Acrescente-se a tudo isso, o enorme desprestígio internacional.

Para enfrentar todo esse quadro de pré-caos, o governo Itamar/FHC aposta numa só carta: o Plano FHC.

A que deve ser atribuída a absurda lentidão com que se institucionalizou o plano? À total incapacidade, à confusão, às contradições entre os membros da equipe econômica? Ou ela é deliberada, visando conjugar a implantação do plano à campanha eleitoral de FHC? A data do início efetivo do plano, da implantação do Real, está marcada: 1/7/94. A eleição se realiza em 3/10/94. Simples coincidência?

A exemplo do "Cruzado", o "FHC" deverá apresentar alguns efeitos positivos iniciais (queda acentuada da inflação, momentâneo aumento da capacidade aquisitiva da população etc) provocando uma certa euforia popular e aumentando a cotação de FHC (o candidato) no ranking eleitoral. É necessário recordar que com o estelionato do Cruzado, o PMDB elegeu 22 dos 23 governadores e a maioria do Congresso (inclusive assegurou a única vitória eleitoral de FHC, conhecido por ser ruim de voto). O prestígio de Sarney com o Cruzado superou os 90%, índice nunca antes atingido por governantes brasileiros.

Conseguido o objetivo eleitoral, o "Cruzado" foi liquidado antes mesmo da apuração total dos votos. Com o novo plano, o "Manuelaço" (em homenagem ao seu autor, o professor da Unicamp, João Manuel Cardoso de Mello), voltaram a inflação a especulação, a agiotagem e a total liberdade de mercado, que tanto encantam as classes dominantes e os monopólios estrangeiros, pois sempre constituíram as grandes fontes de acumulação de capital.

No fim deste ano, na hipótese - muito remota - de FHC ser eleito, poderiamos ter um "ricuperaço".

Até agora são conhecidos as duas primeiras etapas do plano. Ninguém, fora os criadores do "plano piloto", os técnicos do FMI/Banco Mundial, dos bancos e empresas transna-

cional, estão conhecendo a versão final do plano. Nem sequer os membros da equipe econômica estão plenamente conscientes da tarefa que lhes foi atribuída. Apesar de afirmar - *"o plano é meu"*, FHC - um sociólogo brilhante, não sabe nada de economia. Em uma de suas centenas de aparições na TV (nunca um ministro nem um presidente ou ditador teve tamanha cobertura da mídia brasileira), para exibir seus conhecimentos, manobrando uma calculadora, resolveu fazer uma conversão de Cruzeiro real para URV. Errou...

Entretanto, conhecido o plano piloto elaborado pelo FMI e as adaptações feitas por economistas de distintos países latino-americanos (especialmente por Cavallo na Argentina), é possível visualizar as linhas mestras, estratégicas do "FHC". A equipe econômica não está fazendo mais do que adaptar o modelo às condições brasileiras.

Inicialmente, o plano deverá acelerar a desestruturação do Estado e da economia, estabelecer uma maior abertura das fronteiras, a venda das empresas estatais restantes, a liquidação dos monopólios estatais, como Petrobrás, Eletrobrás, Vale do Rio Doce, Telecomunicações, o arquivamento de direitos sociais considerados *antiquados* (como a estabilidade dos servidores públicos, a aposentadoria por tempo de serviço, o FGTS e os chamados "encargos sociais") e a equiparação entre as empresas nacionais e as estrangeiras, assegurando plena e total liberdade ao capital estrangeiro.

A adoção de algumas dessas medidas exige a reforma da Constituição de 1988. Foi assim que FHC sofreu sua primeira derrota. Apesar de violentamente pressionado pelo maior "lobby" já formado no país (FMI/Banco Mundial, as empresas transnacionais, os bancos credores, as classes dominantes nativas e pela unanimidade da mídia), o Congresso não conseguiu fazer a revisão constitucional. Não que os senhores parlamentares se opusessem à mesma: pelo menos quatro quintos deles são totalmente favoráveis à revisão (as poucas votações verificadas demonstraram isso). Entretanto, imobilizados pela desorganização regimental, pelo incorrigível ausentismo, desmoralizados pela corrupção tornada pública pelo "Escândalo do Orçamento", antipatizados pela opinião pública, apavorados de ter que enfrentar suas bases num ano de eleição - depois de sete meses de embromação - praticamente nada foi votado. Um dos poucos dispositivos aprovado: a diminuição do mandato presidencial para 4 anos. Estarão os senhores congressistas já convencidos da vitória de Lula?

Para poder enquadrar totalmente a economia do país no molde padrão do FMI e dos geniais economistas neoliberais do Norte, FHC (na hipótese remota de ganhar as eleições) terá que encontrar um meio de elaborar a Constituição necessária à total entrega da soberania do país e para recolocar as classes trabalhadoras "em seu devido lugar", acabando com os "privilégios absurdos" que as mesmas conseguiram acumular no último meio século. Ou seja, a Constituição que deve estabelecer a "modernidade" no Brasil.

O que não será fácil, pois é impossível imaginar um futuro Congresso ainda pior do que o atual. Além disso, as possibilidades de FHC ser eleito são mínimas. Em razão dos vergonhosos compromissos assumidos com o FMI, com o sistema imperial e com as classes dominantes nativas; das vacilações de seu partido em fase acelerada de transformação de social-democrata para neoliberal; das desmoralizantes alianças com os partidos da ditadura e, muito importante, da inviabilidade de transformarem o sofisticado, charmoso, elegante, brilhante professor da Sorbonne em um razoável palanqueiro.

Admitindo, só para raciocinar, a eleição de FHC, seria intentada a institucionalização das receitas neoliberais em sua plenitude, coisa que nem o desvairado Fernando Collor de Mello conseguiu. A desestruturação do Estado e da economia, a total liquidação das empresas estatais e dos serviços públicos (como Menem fez no país do Prata). FHC confessa-se aluno fiel e aplicado do ministro Cavallo, o liquidador da soberania argentina. Menem, dolarizou a economia (a propósito, no dia seguinte da dolarização argentina, o conservador *"O Estado de*

S. Paulo" editorializava: "*O país que abre mão do direito de senhoriagem* (de emitir livremente sua moeda), *abre mão de sua soberania*"). Fernando Henrique está comprometido com o sistema imperial a fazer o mesmo. Porém, como aparentemente ainda resta a Itamar Franco algum resquício de sua anterior posição nacionalista, a dolarização terá que ser disfarçada, encabulada, não assumida. Uma dolarização enrustida...

É evidente que ao dolarizar a economia, a equipe econômica não está prevendo seus possíveis catastróficos efeitos. Vimos em "*O fim da história ou colapso da modernização?*", como em razão da paridade peso-dolar, verificou-se drástica modificação na política cambial argentina, arruinando a balança comercial: superávits de US$ 8 bilhões/ano, transformaram-se, em três anos, em déficits de 3 e 4 bilhões em 1992 e 93, chegando a um bilhão mensal nos primeiros meses de 1994. A dolarização ocasionou uma perda de cerca de US$ 25 bilhões à economia argentina.

Com o crescimento acelerado das importações (especialmente carros de luxo - 34 mil no primeiro quadrimestre - e artigos sofisticados destinados à elite), os saldos da balança comercial brasileiro estão caindo aceleradamente. As entradas de "capital andorinha" (o que fica em média cinco meses no país), em razão da alta dos juros nos EUA, do receio que inspira a atual situação política e o futuro econômico do Brasil, do pânico provocado pela quebra do Banco Latino na Venezuela, poderão ser drasticamente reduzidas.

Além disso, é necessário considerar o problema da Dívida Externa. Antes, o Brasil pagava parcialmente os serviços da dívida, ou inclusive não pagava nada (nos períodos de moratória). Agora, os encargos da Dívida Externa, em razão do novo acordo firmado por FHC e da garantia do Tesouro norte-americano, terão que ser cumpridos rigorosamente. Somente em 1994 deveremos pagar cerca de US$ 10 bilhões.

A conjugação desses distintos fatores poderá determinar a evaporação do enorme estoque de divisas acumulado nos

últimos anos com o sacrifício do consumo popular e que constituiu uma das causas fundamentais da inflação. Desapareceria, assim, o único *resultado positivo* (na opinião dos economistas neoliberais) da conjuntura econômica brasileira: a maiúscula reserva de moedas fortes. Uma reserva que renda somente 3% de juros depositados no exterior enquanto o governo paga até 34% sobre a dívida interna.

Para manter alto o estoque de divisas, continuar favorecendo vergonhosamente o sistema bancário, atraindo o capital estrangeiro especulativo e, ao mesmo tempo, impedindo um aumento de consumo, que poderia revigorar a inflação, o governo poderá manter em altos níveis os juros. O "capital andorinha" voltaria maciçamente. O governo teria que comprar os dólares correspondentes, acelerando as emissões, reaquecendo a inflação. Além do mais, juros como os previstos - de 7 a 8% mensais - inviabilizariam o crescimento, mantendo a estagnação da economia e o enorme desemprego.

Do ponto de vista social, o "FHC" é seguramente o mais perverso da história econômica-social brasileira. A conversão dos salários para URV ocasionou - nas distintas categorias e datas bases - perdas variadas, algumas insignificantes e outras consideráveis. De qualquer maneira, sem atender aos argumentos das centrais sindicais e de congressistas vinculados à classe trabalhadora, o governo, implacável, congelou os salários em URV quatro meses antes da adoção do Real. Apesar da promessa do presidente Itamar de aumentar gradualmente o salário mínimo até US$ 100, esse ficou congelado em US$ 64,79, devendo permanecer sem modificação durante um ano. Inclusive Menem, o campeão do neoliberalismo, o implacável destruidor dos direitos sociais na Argentina, terminou por conceder o aumento do mínimo: dos tradicionais US$ 250/300 havia caído para US$ 100; foi aumentado para US$ 200. Três vezes maior do que o brasileiro.

Revelando toda a vergonhosa parcialidade social do governo, em 1º de julho (a data de implantação da nova moeda) os salários já estarão congelado há quatro meses. Enquanto isso,

a orgia de aumento de preços e serviços continua sem controle. O governo se limita a pedir - humildemente - aos empresários para que atenuem a voragem especulativa. Agora mesmo, os supermercados estão exigindo aumentos maciços (até 40%) antes da adoção do Real, em 1/7/94 alegando que, com o fim da inflação seus ganhos financeiros diminuirão drasticamente. Ou seja, os supermercados querem que o povo pague o que eles deixarão de ganhar com a ciranda financeira. Fantástico!

Atribuir aos monopólios, aos grandes industriais e aos supermercados (totalmente viciados em inflação depois de décadas de especulação sem limites), o auto controle dos preços equivale a entregar a guarda de um depósito de bananas a um grupo de macacos, com a recomendação de que cada um coma somente uma banana por dia...

A exemplo do que ocorre nos países que estão aplicando planos equivalentes ao "FHC", não se prevê nenhuma medida para retomar o crescimento econômico. Vimos em "*O fim da história ou o colapso da modernização*?" como no México a evolução do PIB passou a ser negativa, como o Chile está vivendo o fim de seu "milagre" e como na Argentina o auge econômico verificado não foi obtido pelo aumento da capacidade produtiva e sim com a utilização da capacidade ociosa existente, com um mínimo de novas tecnologias e horas extras. Nada que determinasse a diminuição dos dramáticos níveis de desemprego.

Com a aprovação da "Rodada Uruguai" do GATT e a total abertura das fronteiras econômicas decorrentes, a tendência é no sentido da "desindustrialização" dos países do Terceiro Mundo. Inclusive os "serviços", até agora atendidos fundamentalmente por empresas nacionais, passará a ser disputados pelos monopólios e bancos internacionais.

O não crescimento econômico no Brasil, já vigente há uma década e meia vai permanecer com a aplicação do "FHC". Não estão previstas medidas objetivando aquecer a economia urbana, nem planos de fazer uma reforma agrária. Ao contrário, a grande preocupação dos integrantes da equipe econômica é

no sentido de que a "baixa" dos rendimentos da caderneta de poupança (em realidade, a eliminação da correção monetária, tornando não atraente os depósitos bancários) possa levar o povo a investir os recursos da poupança em compras. Isso, como no caso do "Cruzado", provocaria o desabastecimento, o retorno das filas e a diminuição das exportações. Recorda-se que com a euforia ocorrida com o "Cruzado", as exportações diminuíram drasticamente, tornando a balança comercial deficitária. Bastou o povo consumir, comer um pouco mais, para que desaparecessem os saldos comerciais que possibilitavam o pagamento da Dívida Externa. Por absoluta falta de recursos, o ministro Funaro foi forçado a decretar a moratória, um ano depois do início do "Cruzado".

Caso ocorresse algo semelhante, o "FHC" se tornaria em seu contrário, invertendo os objetivos buscados de atender em forma incondicional os banqueiros do Norte e de integrar totalmente o Brasil ao sistema econômico e financeiro internacional. Daí a indefinição, as vacilações, a confusão demonstradas pelos grandes protagonistas do processo - os bancos, os monopólios, os supermercados e, em forma muito especial, por FHC, seu sucessor e os integrantes da equipe econômica. Estão mais perdidos do que cachorro em dia de mudança. Com toda a confusão criada por nossos geniais economistas, no afã de cumprir as imposições do sistema imperial, a situação faz lembrar o clássico dito popular: "*se para o bicho pega, se correr o bicho come...*".

Não será com maior sacrifício da soberania, com maior deterioração das péssimas condições de vida do povo, em especial das classes assalariadas, que o Brasil irá acabar a inflação (velha de 35 anos, tomando como base o final do governo JK) e retomar o desenvolvimento econômico interrompido há 15 anos. Somente com profundas reformas estruturais, com o abandono das receitas neoliberais e uma verdadeira "revolução cultural" que restabeleça a Ética e o orgulho nacional, é que vamos tirar o Brasil da mais dramática crise de sua história.

Anexo

Os excluídos

O censo de 1991 (incompleto; Collor conseguiu desmoralizar inclusive o recenseamento) acusa a existência de 146,9 milhões de habitantes, sendo 110,9 milhões urbanos e 36 milhões rurais.

A População Economicamente Ativa (PEA) somava 64,4 milhões , dos quais 64,5% masculina e 35,47% feminina. Índices muito baixos se comparados com os de países desenvolvidos. Em grande parte essa situação se origina na existência de uma população muito jovem (47% de 0 a 17 anos). É verdade, porém, que ao contrário do que ocorre nos países centrais, uma porção considerável de jovens - menores de idade - é forçada a integrar à PEA em razão da situação de pobreza/miséria de suas famílias: 3,2 milhões de jovens entre 10 e 17 anos trabalham e estudam, e 4 milhões deixaram de estudar, dedicando-se exclusivamente ao trabalho.

São, portanto, muitos milhões os que em razão do subdesenvolvimento da economia urbana e da concentração da propriedade rural estão liminarmente excluídos do mercado de trabalho. Poderíamos classificá-los como os ***excluídos pelo sistema e pelo sub-desenvolvimento.***

Somente 58,1% dos incluídos na PEA tinham, em 1980, carteira de trabalho assinada. Em 1990, a porcentagem dos mesmos era praticamente igual, 58,8%. Isso comprova que durante a década não se verificou nenhum avanço no sentido de legalizar as relações de trabalho. Que isso tenha ocorrido durante os últimos anos da ditadura (80/85) se explica. O que resulta absolutamente insólito é que o retorno da democracia

não tenha sanado o vergonhoso não cumprimento da lei vigente desde 1932, governo Vargas.

Em relação aos trabalhadores rurais a situação é muito pior. Somente 36,7% dos mesmos tinham, em 1990, carteira de trabalho assinada. Em razão da resistência, do boicote dos empregadores, 26,6 milhões, um entre cada três assalariados brasileiros - ainda não usufruem o direito básico de ter carteira de trabalho assinada, de ver legalizada sua relação de trabalho. Poderíamos classificá-los como ***os legalmente excluídos dos direitos trabalhistas.***

Estão ainda os marginalizados em conseqüência da crise social crônica, que nos anos 80 se tornou aguda. Na Grande São Paulo existiam, em 1980, 614 mil desempregados. Em 1992, em razão da nefasta política econômica de Collor, o número dos mesmos aumentara para 1,175 milhão.

Considerando as disparidades de critério de classificação entre o IBGE e o DIEESE, e a precariedade dos levantamentos (relativos a somente seis unidades federativas), se admite a existência real de aproximadamente 8 milhões de desempregados no país. Com o aumento demográfico (apesar de este haver diminuído para 1,9% ao ano) calcula-se que quase de 2 milhões de jovens são lançados, anualmente, ao mercado de trabalho, sem possibilidade de colocação efetiva.

Mesmo considerando um futuro reaquecimento da economia (que dentro das regras do neoliberalismo não significa aumento da força de trabalho ativa), a situação não deverá melhorar. A indústria automobilística produziu, em 1993, 40% mais veículos, com um aumento de 1% no número de operários. A indústria paulista produziu no mesmo ano 13,7% mais, com 3,8% menos trabalhadores. Em conseqüência, o número de desempregados poderá chegar a 15/20 milhões no ano 2000, se mantida a recessão e as receitas neoliberais. Os desempregados atuais e futuros poderiam ser classificados ***como os excluídos pela crise econômica e pela "modernidade neoliberal".***

A porção da PEA em atividade recebe, por seu trabalho, a seguinte remuneração:

Quadro VI
População economicamente ativa (PEA)
Segundo faixas de rendimento e situação de domicílio
(em %) Brasil - 1990

Faixas de rendimento[1] em salários mínimos1	Total	Situação de domicílio Urbana	Rural
Até 1/2	7,0	5,1	12,4
De 1/2 a 1	14,6	12,8	19,9
De 1 a 2	20,1	20,0	20,5
De 2 a 3	11,3	12,3	8,7
De 3 a 5	14,8	17,3	7,8
De 5 a 10	11,5	14,1	4,0
De 10 a 20	5,5	7,0	1,4
Mais de 20	3,2	4,2	0,4
Sem Rendimento[2]	11,1	6,5	24,3
Sem declaração	0,7	0,7	0,6
Total	**64.467.981**	**47.655.545**	**16.812.436**

1 Salário mínimo de setembro 1989.
2 Inclusive pessoas que receberam somente benefícios em espécie.
Fonte: IBGE. *PNAD* - 1990.

Analisar a remuneração dos trabalhadores de salário mínimo é muito precário. Isso em razão da constante, progressiva desvalorização do mesmo em termos de poder aquisitivo. Partindo do índice 100 em 1940 (quando de sua institucionalização) o salário mínimo já estava reduzido a 26,07%, em 1992.

Ao longo das últimas três décadas, os trabalhadores foram forçados a trabalhar cada vez maior número de horas para conseguir adquirir a ração essencial mínima estabelecida pelo Decreto Lei nº 399, de 30/04/1938. Esse processo de "confisco salarial" foi particularmente intenso durante a ditadura militar. Em março de 1964, o trabalhador de salário mínimo necessitava trabalhar 2.370 minutos para comprar os alimentos necessários; em fevereiro de 1968, 4.100 minutos.

A deterioração do poder aquisitivo do mínimo continuaria ao longo das últimas três décadas: em 1980, o tempo necessário era 157 horas e 4 minutos; em 1992, de 188 horas e 14 minutos (ou 11.294 minutos). Em março 1994, eram necessários 1 1/2 salário mínimo para comprar uma cesta básica; em junho, quase dois.

Poderíamos classificar os que ganham até 2 salários mínimos - 41,7% da PEA, ou 52,8% se incluirmos os "sem remuneração" - cerca de 34 milhões trabalhadores - como ***os excluídos da sociedade de consumo capitalista.*** São os que ganham somente para a sobrevivência, ou nem isso.

A sinopse preliminar do Censo Agropecuário fornece dados sobre a estrutura fundiária em 1985. Como nos últimos oito anos (governos Sarney, Collor e Itamar/Fernando Henrique Cardoso) a distribuição de lotes agrícolas pelos governos foi mínima, quase inexistente, e com a penetração capitalista no campo, especialmente no Sudeste e no Sul do país, a grande propriedade está devorando atualmente dezenas de milhares de pequenas propriedades, a distribuição da terra é, seguramente, hoje ainda mais injusta do que a revelada pelo Quadro VII.

Vemos que 2.174 grandes latifúndios (mais de 10.000 ha), concentravam 58.287.168 ha, ou 14,96% da área total: uma média de 25.900 ha por propriedade. Se considerarmos as propriedades acima de 1000 ha, o total concentrado alcança 43,77% do total.

As propriedades de até 10 ha, que salvo casos especiais (as exploradas em forma intensificava em determinados setores, como produção de legumes, fumo, vinho, frangos etc) podem ser consideradas minifúndios, ou seja, insuficientes para a existência digna de uma família rural, apresentam uma

superfície média de 3,3 ha. Ou seja, cada um dos grandes latifundiários possui tanta terra como 7.848 minifundiários.

Quadro VII
Estrutura fundiária
Brasil 1985

GAT[1] (ha)	Nº Estab estab.	Estab[2] em %	Área (ha)	Área em %
Menos de 10	3.085.84	52,89	10.029.780	2,67
De 10 a 50	1.728.232	29,62	39.525.515	10,50
De 50 a 100	438.192	7,51	30.153.422	8,01
De 100 a 1000	518.618	8,89	131.893.557	35,05
De 1000 a 10000	47.931	0,82	108.397.132	28,81
Mais de 10000	2.174	0,04	58.287.168	14,96
Sem demarcação	13.791	0,24	-	-
Total	**5.834.779**	**100,00**	**376.286.577**	**100,00**

1GAT - Grupo de Área Total
2 Estab - Estabelecimentos

Fonte: IBGE. *Censo agropecuário*, 1985.

Dificilmente se encontrará no resto do mundo uma distribuição de propriedade tão perversa. Considerando os 36 milhões de habitantes das zonas rurais e uma família média de 5 pessoas, chegaríamos à conclusão de que cerca de 5 milhões de famílias rurais podem ser incluídas na classificação de "sem terra" e minifundiários. Estão condenados à miséria e poderiam ser classificadas como ***os excluídos pelo latifúndio.***

A produção agrícola brasileira, em razão do monopólio da terra, está praticamente congelada nos últimos anos. No relativo à produção de alimentos, o não-crescimento no total e a diminuição de produção por consumidor, são evidentes.

Dados do IBGE mostram que a produção dos alimentos básicos da dieta popular está estagnada na última década, em alguns casos, nos últimos 20 anos. Assim, a produção de arroz (com casca) em 1991 foi inferior a verificada em 1981: 9,481 milhões de toneladas e 11,809 milhões, respectivamente. A produção de feijão caiu do auge de 2,903 milhões em 1982, para 2,239 e 2,745 milhões em 1990 e 1991. A mandioca de 25,621 milhões em 1985, para 24,503 milhões em 1991. O trigo, de 6,036 milhões para 2,915 em 1991.

A quebra verificou-se fundamentalmente nos anos 1990 e 1991, como conseqüência da desestruturação agrícola promovida pelo governo Collor (dentro das regras do neoliberalismo): eliminação dos preços mínimos, liquidação das compras estatais das safras e o excesso de importações. Considerando o aumento da população entre 1980 e 1991, de mais de 28 milhões, conclui-se que a disponibilidade de alimentos básicos por habitante diminuiu entre 25/30%.

Em contra partida, a produção destinada fundamentalmente à exportação aumentou consideravelmente: a de soja, de um milhão de toneladas em 1970, para 24 milhões em 1989. Possivelmente um recorde mundial de aumento de produção de um produto agrícola. Em benefício dos criadores de porcos da rica Europa (*um dos piores momentos em nossos 50 anos de militância político-social, o vivemos na Holanda. Num seminário organizado por ONGs, sindicatos e igrejas, destacamos o fato de que 86 milhões de brasileiros estavam subnutridos e passando fome. Terminado o evento, um companheiro, um dos organizadores do encontro, levou-nos a conhecer a zona rural da região. Mostrou-nos, com incontida ironia, um sofisticado chiqueiro onde porcos monumentais estavam sendo alimentados com soja brasileira*). O aumento da produção de laranjas de 54,4 bilhões de frutos para 94,8 bilhões corresponde ao aumento da exportação de suco, provocando a baixa de preços para os felizardos consumidores norte-americanos. Foram aumentos destinados à exportação e não ao atendimento das necessidades alimentares da população. E-

xemplos de como o "modelo exportador" prejudica os consumidores nativos.

Outro produto agrícola que apresenta crescimento acelerado: a cana de açúcar, de 155,9 para 263,6 milhões toneladas, entre 1981 e 1990. O aumento no caso também não foi destinado à alimentação popular (açúcar), mas sim à destilação de álcool, combustível para os carros dos ricos e dos setores mais beneficiados das classes médias.

Conclusão: essa absurda política de privilegiar a produção destinada à exportação ou a combustíveis, é causa fundamental, junto à concentração da propriedade rural e a não-vigência de uma política agrícola efetiva, da fome que vitima porções cada vez maiores da população brasileira.

Já em 1985, pesquisa da FAO, revelada em documento da CNBB, mostrava que 86 milhões de brasileiros alimentavam-se com menos do que o mínimo vital: **2.240 calorias/dia**. Hoje, considerando a diminuição da produção de alimentos *per capita* de cerca de 25%, os subnutridos e esfomeados alcançariam pelo menos a 100 milhões. O número revelado pela *Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida*, cotidianamente veiculado pela mídia, os 32 milhões que passam fome, constitui parte fundamental do sentimento de culpa nacional. Os cerca de 100 milhões de subnutridos e com fome podem ser classificados como ***os excluídos pela via da subalimentação e da fome***.

Poderíamos ainda incluir entre os excluídos, os 18 milhões de analfabetos e outros tantos semi-alfabetizados. A maioria da população que não tem acesso a um serviço de saúde minimamente eficiente. Os dez milhões de famílias que vivem em ranchos (no campo e nas favelas), nos cortiços e ultimamente debaixo dos viadutos. Cerca da metade da população constituída por negros e mulatos, submetidos a todo tipo de discriminação por um racismo mal disfarçado. E também a população feminina abastardada em seus direitos humanos e sociais por uma sociedade estupidamente machista etc.

É óbvio que uma mesma pessoa participa em várias categorias de excluídos, senão o número de marginalizados superaria à própria população do país. O inquestionável é que os excluídos (por diferentes causas) superam de longe aos 100 milhões. Verifica-se um consenso de que não mais de 20/30 milhões possam ser classificados efetivamente como consumidores em nível capitalista (os ricos e setores superiores das classes médias). ***Os demais estão excluídos do Brasil capitalista.***

Observação: Os dados estatísticos utilizados são da CEPAL, Banco Mundial, DIEESE, IBGE e PNAD.

Sobre o autor

Paulo R. Schilling, jornalista especializado em temas históricos, geopolíticos e economia, autor de cerca de trinta livros editados no Brasil, Uruguai, Argentina, Cuba e em países europeus, é o coordenador do "Projeto Dívida Externa e Conjuntura" do CEDI e será o coordenador do projeto "Sociedade e Economia" de Koinonia.

O ***CEDI*** *é uma organização ecumênica, autônoma, sem fins lucrativos, que atua há 20 anos na assessoria e produção de conhecimentos junto a movimentos populares, sindicais e igrejas, através de diversos programas.*

Após duas décadas de ação o CEDI cresceu e multiplicou-se em quatro novas organizações autônomas.

Entre essas, constituiu-se a ***Koinonia*** *- presença ecumênica e serviço - cujas finalidades serão desenvolver trabalhos de reflexão e elaboração teórica nos campos da experiência ecumênica da produção teológica, das manifestações culturais, das vivências sócio-políticas e dos regimes econômicos.*

Para tanto o projeto ***Koinonia*** *prevê debates, cursos, seminários, campanhas nacionais e internacionais de promoção de apoio à melhores condições de vida e direitos das populações.*

1 9 9 4

C E D I

CEDI / KOINONIA